

Colheita de milho em Mato Grosso: negociação de dívidas deve beneficiar 2,8 milhões de produtores



EDSON RODRIGUES/SECOM-AT

## Começa a correr prazo para votar Orçamento

O ministro Paulo Bernardo entregou ao Congresso, na quarta-feira, o projeto da lei orçamentária para 2009. Enviado quatro dias antes do fim do prazo, o texto não terá tramitação fácil, segundo o presidente Garibaldi Alves. As eleições municipais e pressões para aumentar gastos estão entre os fatores que podem atrasar a aprovação. O relator Delcídio Amaral se diz preocupado com o impacto do salário mínimo previsto, de R\$ 464,72, sobre as contas públicas.

página 3

## Sistema tributário que gera isenções de R\$ 76 bilhões pode taxar fortunas

A União deixa de arrecadar R\$ 76 bilhões por ano com desonerações fiscais. Entre os maiores beneficiários estão igrejas e templos.

Por outro lado, quem tem mais de R\$ 10 milhões pode ser tributado sobre esse patrimônio, conforme projeto de Paulo Paim.

páginas 10 e 11

dívida rural

## Renegociação de R\$ 75 bi aprovada no Senado deve aliviar próxima safra

página 4

e mais...

AGENDA

página 2

VOZ DO LEITOR

FRASES

PERGUNTE AO SENADOR

página 15

cidadania

## Direitos dos índios estão na Constituição

Os direitos dos povos indígenas, como a posse da terra em que tradicionalmente habitam, estão assegurados na Constituição. As garantias são explicadas no *Especial Cidadania*.

PÁGINA 16



Arthur Virgílio, Romero Jucá e José Agripino discutem mudanças em uma das cinco MPs votadas na noite de quarta-feira

## Plenário aprova redução de impostos e criação de cargos

páginas 8 e 9

educação

## Projeto garante bolsa do ProUni para estudante municipal

página 12

7 de setembro

## Debate sobre o negro nas comemorações da Semana da Pátria

página 2



# Seminário vai discutir a situação do negro

Iniciativa faz parte das comemorações da Semana da Pátria. Objetivo é debater as condições dos afro-brasileiros após a Independência do Brasil



Mulheres comemoram o Dia da Consciência Negra, 20 de novembro: data para reflexão

Em conjunto com o Governo do Distrito Federal, a Câmara dos Deputados e entidades ligadas à defesa dos direitos humanos, a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) promove nesta quarta-feira o seminário "O negro na Independência do Brasil". O evento integra as comemorações da Semana da Pátria, que culmina com o desfile

cívico no dia 7 de setembro, na Esplanada dos Ministérios.

O senador Paulo Paim (PT-RS) participará da abertura do seminário, ao lado do ministro da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, Edson Santos, e de outras autoridades. A programação, na manhã, inclui debates sobre as conseqüências da independência do Brasil na África, a política de

cotas e a participação do negro no Exército brasileiro.

À tarde, está prevista palestra do ministro Edson Santos às 14h39 e, às 15h45, o ministro Paulo de Tarso Vannuchi, da Secretaria Especial dos Direitos Humanos, discutirá a legislação referente aos crimes de injúria e racismo. Na última palestra, serão abordados aspectos referentes à saúde da mulher negra.

## Comissão debate mudanças no sistema recursal brasileiro

Nesta terça-feira, a comissão de juristas criada no Senado para propor um novo Código de Processo Penal (CPP) realiza a sua terceira reunião. Na pauta, o sistema recursal brasileiro. A proposta a ser discutida será apresentada pelo coordenador da comissão, Hamilton Carvalho, ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ).

A proposta tem por meta racionalizar, agilizar e modernizar todo o sistema de recursos no âmbito do Judiciário. O Código

de Processo Penal (Decreto-Lei 3.689/41) é considerado defasado pelos especialistas.

A comissão deverá apresentar um anteprojeto que, após os debates legislativos, será transformado em projeto de lei instituindo o novo Código de Processo Penal.

Para Fabiano Silveira, consultor legislativo do Senado e que integra o colegiado, os trabalhos estão "muito produtivos e caminham dentro do cronograma previamente traçado".

**SEMINÁRIO** - O Centro de Altos Estudos da Consultoria Legislativa do Senado juntamente com o Programa Interlegis (Comunidade Virtual do Poder Legislativo) realiza nesta quinta-feira o seminário "Transferência de renda no Brasil: o benefício de prestação continuada e o Bolsa Família". Estarão nos debates a consultora legislativa e pesquisadora-visitante do International Poverty Centre Tatiana Britto e o pesquisador desta instituição e do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) Marcelo Medeiros. Inscrições podem ser feitas pelo *email conlegestudos@senado.gov.br*. Em assunto, escrever "Seminário Bolsa Família".

**PALESTRA** - A Universidade do Legislativo Brasileiro (Unilegis) promove nesta terça-feira a palestra "Imagem e Ética na Era Digital", apresentada pelo jornalista Mário Rosa. Antonio Carlos Burity, jornalista e professor da Unilegis, atuará como debatedor. A mesa dos trabalhos será coordenada pela professora da Unilegis Ana Lúcia Novelli. O objetivo é discutir o gerenciamento de crises causadas pela intensa circulação de informações proporcionada pela era digital. Esse processo chega a provocar, em alguns casos, a perda de credibilidade de pessoas e instituições perante a opinião pública.

## homenagem



Alvaro Dias (C) preside sessão requerida por José Nery (2º à dir.): evento na capital paraense terá como lema "Um outro mundo é possível"

## Sessão homenageia Fórum Social Mundial, que acontecerá em Belém

Em sessão especial do Senado para homenagear o Fórum Social Mundial, que acontecerá em 2009 em Belém, José Nery (PSOL-PA) afirmou que a capital do Pará sediará o evento "para representar o grito de todos os excluídos e inaugurar um novo modelo que combata a injustiça e a exclusão social".

O lema do fórum será "Um outro mundo é possível". A expectativa é a de que o encontro reunirá cerca de 120 mil pessoas.

Compareceram à sessão José Luiz Del Roio, presidente do Comitê Internacional do Fórum;

Ana Cláudia Cardoso, representando a governadora do Pará; e Tatiana Cibele Oliveira, da Marcha Mundial de Mulheres e organizadora do fórum em Belém.

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) disse que boa parte dos debates durante o fórum deverá centrar-se na busca do desenvolvimento sustentado que todos desejam, com o objetivo de re-frear o desmatamento, preservar a água e a floresta amazônica.

Flexa Ribeiro (PSDB-PA), Eduardo Suplicy (PT-SP) e Roseana Sarney (PMDB-MA) também se manifestaram.

## Senado celebra em sessão especial a Semana do Idoso

O Senado realiza nesta terça-feira, às 11h, sessão especial para comemorar a Semana do Idoso, cujo dia nacional é celebrado em 1º de outubro. O requerimento solicitando a sessão é do senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO).

O Estatuto do Idoso, de 2003, acata o conceito das Nações Unidas para países em desenvolvimento, que considera idosa a pessoa de 60 anos ou mais. O último censo promovi-

do pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2007, entretanto, aponta o crescimento do número de pessoas com 100 anos ou mais. Conforme a pesquisa, o Brasil tem 11.422 pessoas nessa faixa etária - 7.950 mulheres e 3.472 homens.

A Bahia registrou o maior número de pessoas acima de 100 anos - 1.877. O segundo estado é Minas Gerais, com 1.420 idosos.

## Congresso pestalozzi discutirá inclusão, com ética, das pessoas com deficiência

Como promover a inclusão social de pessoas com deficiência? Esse é o principal questionamento proposto pelo 12º Congresso da Federação Nacional das Associações Pestalozzi, que começa nesta terça-feira e vai até 4 de setembro, no Auditório Petrônio Portela, do Senado. Entre os conferencistas, estarão o jurista Dalmo

Dallari e os senadores Eduardo Azeredo (PSDB-MG), José Sarney (PMDB-AP), Marco Maciel (DEM-PE) e Marisa Serrano (PSDB-MS). O tema do evento, que tem apoio da Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência, será "Ética e inclusão: Construindo práticas e conceitos de uma sociedade para todos".

**EDUCAÇÃO FÍSICA** - O Plenário do Senado realiza sessão especial nesta segunda-feira, às 10h, para comemorar o Dia Nacional do Profissional de Educação Física. Proposta por Gim Argello (PTB-DF), a sessão também celebrará os dez anos de criação do Conselho Federal de Educação Física (Confef) e dos conselhos regionais da profissão. Para Gim Argello, a profissão vem ganhando destaque por sua presença na busca de qualidade de vida por parte da sociedade.

## plenário

### Segunda-feira

**10h - Sessão especial Educação física** - Comemoração do Dia Nacional do Profissional de Educação Física, bem como os dez anos de criação do Sistema Conselho Federal e conselhos regionais de Educação Física.

**14h - Sessão não-deliberativa**

### Terça-feira

**11h - Sessão especial Idoso** - O senadores comemoram a Semana do Idoso

**14h - Sessão não-deliberativa**

### Quarta-feira

**14h - Sessão não-deliberativa**

### Quinta-feira

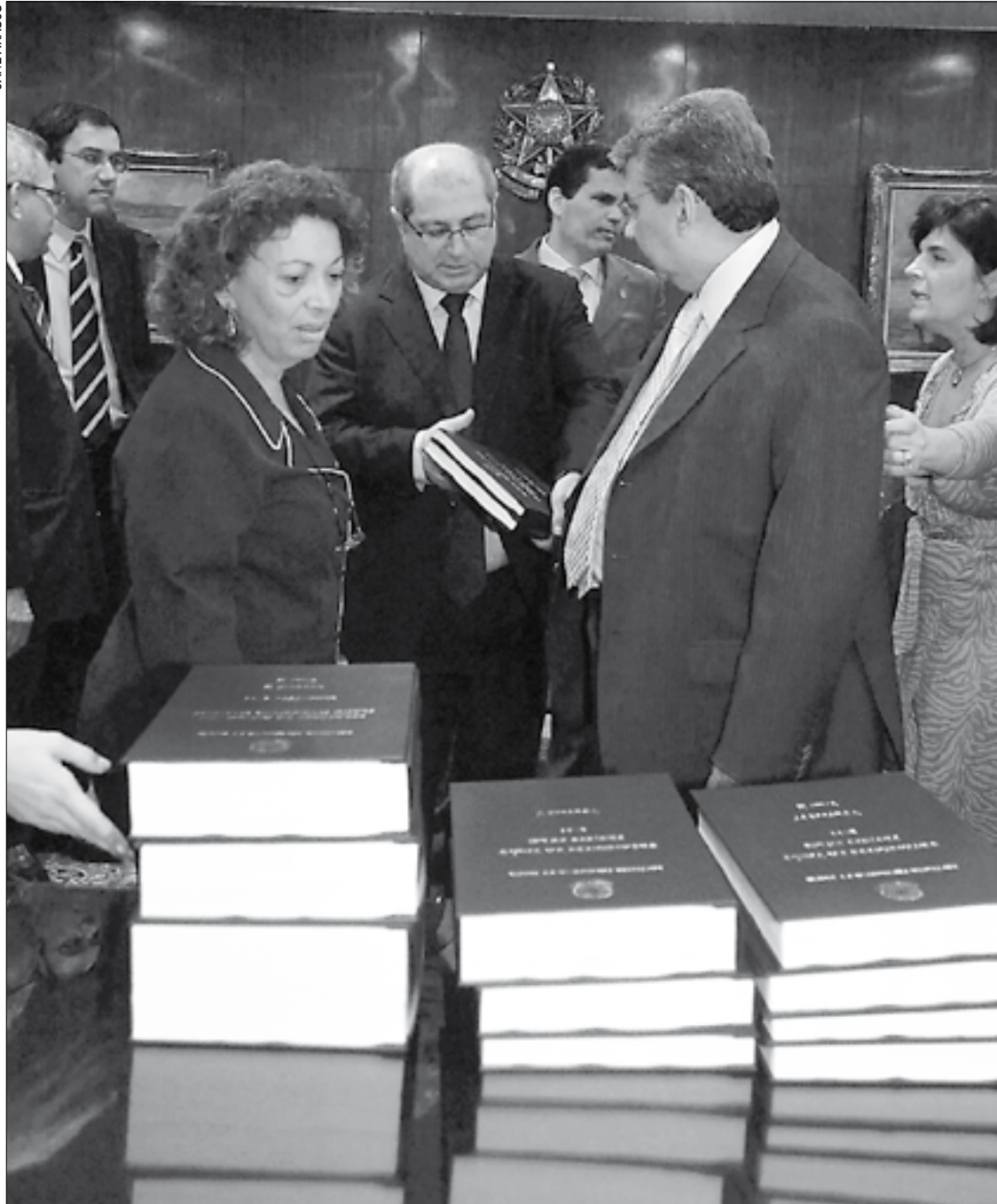
**10h - Sessão especial Polícia Civil** - Homenagem aos 200 anos de criação da Polícia Civil.

**14h - Sessão não-deliberativa**

### Sexta-feira

**9h - Sessão não-deliberativa**

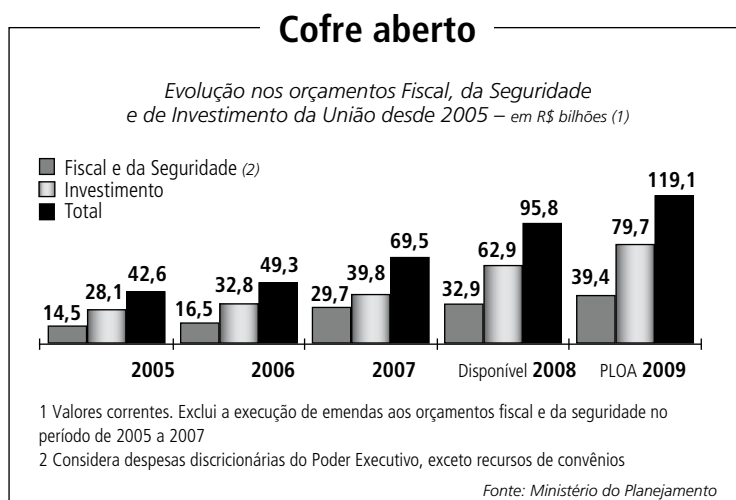
## orçamento



Entre Ideli Salvatti e Garibaldi Alves, o ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, entrega a proposta do Orçamento

## Orçamento destina só R\$ 891 milhões para dívida rural

O governo subestimou o impacto no Orçamento de 2009 da medida provisória (MP 432/08) que renegocia cerca de R\$ 75 bilhões da dívida rural. Transformada em projeto de lei de conversão (PLV 22/08) aprovado pelo Senado na quarta-feira, deve provocar gasto superior, segundo a Secretaria de Orçamento Federal (SOF). Caberá ao Congresso fazer o ajuste. O projeto só prevê subsidiar R\$ 800 milhões para dívidas refinanciadas pela MP e R\$ 91 milhões para pendências de cooperativas rurais, conforme a SOF. O montante é bem inferior aos subsídios para novas operações do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), de R\$ 1,2 bilhão, e novos financiamentos agropecuários, de R\$ 1,1 bilhão. Outro problema a ser superado é a alocação de recursos para o Fundo Soberano do Brasil. Como o projeto de criação do fundo ainda está na Câmara, o governo preferiu prever apenas R\$ 3 milhões na proposta orçamentária. Mas, se aprovado este ano, já há previsão de alocar R\$ 14,2 bilhões no fundo e outros R\$ 15,6 bilhões em 2009, conforme o ministro do Planejamento.



## Petrobras responde por mais da metade dos investimentos

Mesmo com uma expectativa de crescimento de 4,5% para este ano, o governo orçou um aumento expressivo nos investimentos em 2009. São R\$ 119,1 bilhões, das estatais federais e do orçamento fiscal e da seguridade social, representando mais R\$ 23,3 bilhões em relação ao previsto para 2008, de R\$ 95,8 bilhões.

As estatais vão arcar com R\$ 79,7 bilhões do total, incluindo R\$ 50,1 bilhões do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), com aumento de 84,01% em relação a 2008. O restante (R\$ 39,4 bilhões) virá do orçamento fiscal e da seguridade social. Do montante, R\$ 21,24 bilhões vão para o PAC, principalmente para rodovias (R\$ 6,46 bilhões), saneamento (R\$

3,64 bilhões) e habitação (R\$ 3,61 bilhões).

A Petrobras continua liderando os investimentos, com R\$ 66,13 bilhões (ante os R\$ 50,2 bilhões deste ano). Já a Eletrobrás, segunda estatal na lista, deve investir R\$ 7,24 bilhões.

O Orçamento de 2009 prevê receitas e despesas de R\$ 1,58 trilhão, incluindo amortização da dívida pública de R\$ 631,7 bilhões (R\$ 525,5 bilhões dos quais refinanciados) e pagamento de juros de R\$ 127,1 bilhões. Os gastos com saúde atingem R\$ 54,8 bilhões (R\$ 6,7 bilhões a mais que este ano) e com educação R\$ 39,41 bilhões (acréscimo de R\$ 11,5 bilhões). A defesa terá R\$ 10,9 bilhões, R\$ 3,5 bi a mais que este ano.

# Projeto prevê mínimo de R\$ 464 e subestima gasto

Impacto do novo salário mínimo na Previdência preocupa Delcídio Amaral. Relator do Orçamento vai buscar melhor estimativa de receitas

O presidente do Senado, Garibaldi Alves, recebeu o projeto de lei orçamentária de 2009 do ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, na quarta-feira, quatro dias antes do fim do prazo. No entanto, a tramitação não deve ser fácil, como reconhece o senador Delcídio Amaral (PT-MS), relator do Orçamento.

Além das eleições municipais, que irão comprimir o cronograma, o Congresso terá de acomodar pressões por aumento de gastos e valores subestimados pelo governo. Duas questões já preocupam o relator: o impacto do salário mínimo sobre os gastos federais e a renegociação de cerca de R\$ 75 bilhões de dívidas rurais (veja nesta página).

Com base na nova regra de reajuste, o salário mínimo sobe dos atuais R\$ 415 para R\$ 464,72 a partir de fevereiro de

2009, com aumento nominal de 11,98% e real de 5,42% (acima da inflação). O valor resulta da correção pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) acumulado de março de 2008 a janeiro do próximo ano, acrescida da variação real do PIB de dois anos antes (2007).

O governo embutiu esse valor do salário mínimo na sua proposta orçamentária e calculou que os gastos com benefícios da Previdência Social subirão 14,2%, passando de R\$ 200,1 bilhões este ano para R\$ 228,6 bilhões em 2009.

Delcídio acha difícil rever o valor do mínimo. "Seria medida muito impopular", pondera. Mas ele anunciou que irá se reunir este mês com o relator da receita, de-

putado Jorge Khoury (DEM-BA), para avaliar as projeções da arrecadação federal para 2009. Porém, a Secretaria de Orçamento Federal já informou que a margem para o Congresso reestimar a receita é pequena, o que deverá dificultar o trabalho do relator.

O projeto prevê que a carga tributária federal deverá atingir 25,38% do PIB em 2009, comparados aos 24,83% deste ano. Assim, a receita total alcançará R\$ 808,9 bilhões, decorrente principalmente da arrecadação de impostos e contribuições administrados pela Receita (R\$ 523,6 bilhões), com aumento de 13,1%, e das contribuições previdenciárias (R\$ 187,8 bilhões), com crescimento de 15,9%. As transferências para estados e municípios, no montante de R\$ 146,5 bilhões, crescerão 15,4%.

O ponto nevrálgico é que, apesar das projeções otimistas, a expansão líquida da arrecadação federal (R\$ 662,3 bilhões) de 12,5%, após descontar os repasses às prefeituras e aos governos estaduais, é inferior ao crescimento de 13,1% das despesas obrigatórias (R\$ 455,9 bilhões), como pessoal e benefícios previdenciários, livres de contingenciamento.

A contratação de mais 64.540 funcionários em 2009 (a previsão deste ano é de 56.355 servidores), principalmente em universidades e escolas técnicas e para substituir terceirizados, contribui, ao lado do plano de reestruturação de carreiras e salários de 54 categorias do funcionalismo, para elevar a folha salarial de 4,65% para 4,93% do PIB, mesmo nível de 2002.

**64.540 novos servidores em 2009 elevam gasto com pessoal**

## Resumo do Orçamento

Descrição	Orçamento 2008 (*) R\$ bilhões	% PIB	Orçamento 2009 R\$ bilhões	% PIB	Varição
1. Receita líquida (**)	588,7	20,42	662,3	20,79	12,5
2. Despesas obrigatórias	402,9	13,98	455,9	14,31	13,1
3. Despesas não obrigatórias	136,2	4,72	151,9	4,77	11,5
4. Meta de Resultado Primário (item 1 menos itens 2 e 3) ***	49,6	1,72	54,5	1,71	10,0

\* dados reprogramados em julho de 2008

\*\* deduzidas transferências a estados e municípios

\*\*\* descontado o previsto no Plano Piloto de Investimento (PPI) – R\$ 13,8 bilhões em 2008 e R\$ 15,6 bilhões em 2009

Fonte: Ministério do Planejamento

campo

# Alívio na dívida rural impulsiona cidades

**A**gropecuária comanda o crescimento de 80% das cidades, que dependem dos bons resultados no campo.

Com os preços das *commodities* em alta – especialmente pela demanda internacional – e com melhores safras, esses municípios conseguiram registrar maior movimentação de renda e bens.

Os 4.350 municípios agrícolas também comemoram a aprovação pelo Senado, na semana passada, de medida provisória (MP 432/08) que permite ao governo renegociar R\$ 75 bilhões de dívidas de 2,8 milhões de agricultores e que poderá dar mais fôlego ao produtor para plantar a safra 2008/2009 (veja abaixo).

O sucesso na safra, porém, só é sentido em alguns períodos, geralmente após a venda da colheita, duas vezes por ano. É o caso da soja, que tem sua grande safra plantada entre setembro e outubro e colhida a partir de novembro, e a safrinha, plantada em fevereiro e março e colhida nos meses seguintes.

Depois de alguns produtos atingirem recordes nos preços, o valor de algumas *commodities* começa a baixar – a saca da soja, comercializada a R\$ 50 em junho, está em R\$ 30. Muitos produtores não conseguiram usufruir dos ótimos preços dos últimos meses por terem negociado as safras antecipadamente, como em Mato Grosso.

O professor de Economia e Agricultura da Universidade Federal do Paraná (UFPR) Eugênio



Aprovação da medida provisória que permite renegociação de R\$ 75 bilhões de débitos por 2,8 milhões de agricultores é boa notícia para 4.350 municípios

Com preços em alta, venda da colheita a cada semestre injeta recursos na economia de 80% dos municípios brasileiros, aquecendo o comércio e gerando empregos

Stefanello lembra que, quando o setor está em alta, o produtor investe em tecnologia, compra de equipamentos e contrata pessoal, o que também gera ganhos para os municípios.

## Dívida teve origem em intervenção do governo

A dívida rural foi em parte formada com a edição sucessiva

de planos econômicos como o Cruzado, Bresser, Verão, Collor e Real, enfatiza Stefanello, já que houve um descasamento do custo de produção do valor praticado para os produtos, sem contar problemas cíclicos como variações climáticas, desvalorização do câmbio e oscilações nos preços internacionais.

– Para conter a inflação, os

governos editam medidas que seguram os preços dos alimentos. Adotam, por exemplo, a venda de estoques em momentos inoportunos, como no período em que o produtor está para vender sua safra. Isso gera baixa no valor e dificuldade para cobrir o custo da produção – expõe o professor.

Segundo o presidente da Confederação Nacional dos Municípios,

Paulo Ziulkoski, a renegociação da dívida ajuda a evitar ainda o êxodo rural, já que os produtores poderão empregar e consumir mais.

Para que os produtores não voltem a ficar no vermelho, Eugênio Stefanello sugere uma política para o setor com definição de preços mínimos – hoje praticada somente para o feijão – e ampliação do seguro rural.

## Regras para refinanciamento das dívidas devem virar lei em 15 dias, mas terão vetos

A MP 432/08, que renegocia cerca de R\$ 75 bilhões de dívidas de crédito rural, deve ser sancionada em até 15 dias.

A renúncia fiscal será de R\$ 1,5 bilhão, segundo o Ministério da Fazenda. No total, os agricultores poderão contar com até R\$ 10 bilhões em benefícios, conforme as regras da MP, transformada na Câmara em projeto de lei de conversão (PLV 22/08).

Uma das emendas ao projeto, que o governo promete vetar, substituiu a Taxa Selic (hoje em 13%) pela Taxa de Juros de Longo Prazo (6,25%) como indexador da dívida ativa rural. Pelo menos 31 mil contratos estão com dívidas em execução. O valor lançado na dívida ativa da União já ultrapassa os R\$ 7 bilhões, quase 10% de toda a renegociação firmada.

– A proposta é que a dívida rural não seja mais encaminhada para a dívida ativa, mas seja tratada como dívida de crédito rural – diz Neuto de Conto (PMDB-SC), relator da medida no Senado.

A MP abrange contratos firmados nas décadas de 80 e 90, com 32 tipos diferentes de financiamento rural, entre elas dívidas de custeio e investimentos de agricultores em-



Relator do projeto, Neuto de Conto negociou para que outros benefícios a agricultores venham em nova MP

presariais, familiares e assentados. Alguns prazos se estendem até 2025. Os descontos variam de 5% a 45% sobre o saldo devedor para quem fizer pagamentos antecipados, com juros entre 3% e 12%.

– Essa é a mais ampla renegociação de dívidas de agricultores feita até hoje. O projeto altera 15 leis sobre financiamentos rurais – diz Neuto de Conto, que, para evitar que a medida provisória voltasse à Câmara, negociou com o governo a edição de outra MP para abordar as questões pendentes.

## Agropecuária leva crescimento ao interior do país

Não são poucos os municípios que há anos experimentam crescimento impulsionado pela agropecuária. Mesmo em locais antes inimagináveis, com solos pouco apropriados, a tecnologia trabalha para garantir produção e produtividade.

É o caso de Barreiras, no oeste baiano. Em um solo antes arenoso, em região que chove pouco, os agricultores estão colhendo grandes safras de soja, milho, algodão, arroz, café, sorgo, feijão e até eucalipto e cana-de-açúcar. O município, que cresce entre 15% e 20% ao ano, passou de 20 mil habitantes, há 25 anos, para os atuais 140 mil.

– Aqui a agropecuária é que manda. Há 25 anos tínhamos somente a agricultura familiar. Hoje já exportamos soja, milho e algodão – diz o secretário de Desenvolvimento Econômico e Agronegócio de Barreiras, José Augusto Sateles.

O município também tem 3 milhões de cabeças de gado nelore e atraindo brasileiros de todas as regiões.

– Dos grandes produtores, apenas quatro são de Barreiras. Os demais vieram de estados como Minas Gerais, São Paulo e Paraná – afirma o secretário.

Em Rio Verde, no sul do estado de Goiás, a agropecuária produziu aumento de 40% da população nos últimos sete anos, atingindo 150 mil habitantes. A agroindústria também ampliou suas instalações no local. Pelo menos 45 mil pessoas tiram do setor sua fonte de renda.

– Ano de crise na agricultura significa ano de crise no comércio e em outros setores. Quando a agropecuária está bem é gerado emprego cresce a venda de produtos como automóveis e equipamentos – explica o secretário de Agricultura e Meio Ambiente, Jair Leão Júnior.

Rio Verde também é grande produtor de soja, sorgo, milho e girassol, e agora inicia o cultivo empresarial de cana-de-açúcar.

## Municípios com maior valor adicionado bruto\* da agropecuária – 2005

Municípios	Valor adicionado bruto (R\$ milhões)
1. Campo Verde (MT)	735,1
2. São Desidério (BA)	559,3
3. Sapezal (MT)	558,5
4. Primavera do Leste (MT)	466,4
5. Diamantino (MT)	445,6
6. Campo Novo do Parecis (MT)	374,3
7. Uberaba (MG)	371,7
8. Barreiras (BA)	366,3
9. Cristalina (GO)	359,8
10. Sorriso (MT)	356,6
11. Nova Mutum (MT)	341,7
12. Itiquira (MT)	320,8
13. Pedra Preta (MT)	300,0
14. Petrolina (PE)	286,2
15. Unaí (MG)	285,3
16. Rio Verde (GO)	279,1
17. Lucas do Rio Verde (GO)	261,8
18. Uberlândia (MG)	250,8
19. Rondonópolis (MT)	250,0
20. Guarapuava (PR)	235,4

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

\* O valor adicional bruto é o valor bruto da produção menos o consumo intermediário (como os gastos com insumos, por exemplo)

## comissões



O Brasil lidera a pecuária de corte. Rebanho, com mais de 200 milhões de reses, é quase todo criado extensivamente

## Estímulo para pecuária intensiva e orgânicos

Segue à Câmara projeto que permite incentivos à agricultura orgânica e à criação intensiva de gado. Relator vê redução de pressão contra as florestas

O projeto que estabelece incentivos à substituição da pecuária extensiva pelo sistema intensivo e ao desenvolvimento de produção agropecuária orgânica passou, na quarta-feira, pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), que o aprovou em turno suplementar. Se não houver pedido para exame do Plenário,

a proposta já vai à Câmara dos Deputados.

O texto final é do senador Osmar Dias (PDT-PR), que fundiu o PLS 474/07, do senador João Tenório (PSDB-AL), que tratava da inclusão da pecuária intensiva entre as finalidades do crédito rural; e o PLS 555/07, do senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), que previa a

concessão do mesmo status à agricultura orgânica. O acesso aos incentivos é regulado pela Lei 8.171, de 1991.

Estímulos à pecuária intensiva podem contribuir para reduzir a pressão sobre as florestas e aumentar a produtividade do setor, observou Osmar Dias.

Já em relação à agricultura orgânica, o senador lembrou que esta "busca conciliar economia, ecologia e contextos sociais".

Os produtores que adotarem em suas propriedades sistemas integrados de produção para recuperar áreas degradadas ou em degradação também poderão ter acesso aos incentivos especiais, conforme projeto (PLS 78/08) do senador Gilberto Goellner (DEM-MT) também aprovado pela CRA e já encaminhado ao exame do Plenário do Senado.



Osmar Dias (E), Rosalba Ciarlini e Marisa Serrano ouvem Gilberto Goellner na reunião da CRA: mais incentivos a agricultores com preocupações ambientais

## Pelo etanol, João Tenório sugere criação menos extensiva

O presidente da Subcomissão Permanente dos Biocombustíveis da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), senador João Tenório (PSDB-AL), afirmou que os argumentos contrários à produção de etanol são infundados. Ao debater com vários especialistas, durante o 9º Seminário Nacional de Biocombustível no Brasil, Tenório negou que o plantio de cana-de-açúcar possa aumentar

o desmatamento na Amazônia.

– Falta informação e sobra muita desinformação – frisou, manifestando-se contra a plantação de cana-de-açúcar na região amazônica, não pelo desmatamento, mas pelo clima impróprio (muito úmido) para o produto.

Para aumentar a área de cultivo da cana, ele sugeriu que os pecuaristas mudem seu sistema de criação de gado.

– Criamos um animal por hectare. Seria razoável migrar a extensividade, mudar de apenas um boi para um boi e meio por hectare. Assim, livraríamos 62 milhões de hectares, produzindo a mesma quantidade de gado e destinando a terra excedente para a cana – disse durante o seminário, organizado pelo Instituto Brasileiro de Ação Responsável e pelo Congresso Nacional.

**TERRAS NA FRONTEIRA** – Os detentores de título de concessão e alienação de terras em faixa de fronteira, outorgado pelos estados, podem ter mais dois anos de prazo para requerer sua ratificação junto ao Incra. A proposta, de Jonas Pinheiro (1941-2008), foi relatada por Marisa Serrano (PSDB-MS). O projeto segue para a CCIJ e para a CRE, onde terá decisão terminativa.

**FISCAL DE ALIMENTOS** – Segue para a CCIJ projeto (PLS 734/07) de Arthur Virgílio (PSDB-AM), aprovado pela CRA, que amplia as atribuições do fiscal federal agropecuário, incluindo a inspeção do acondicionamento, preservação, processamento, transporte e abastecimento de alimentos. Hoje a fiscalização ocorre após a embalagem dos produtos.

**PROSPECÇÃO** – As novas tecnologias de prospecção de petróleo na camada pré-sal serão debatidas em audiência pública na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) no dia 10. Já confirmaram presença os ministros de Minas e Energia, Edison Lobão, e da Ciência e Tecnologia, Sérgio Machado Rezende.

## Senadores acompanham transposição do São Francisco

Foram indicados na última terça-feira os senadores que vão integrar a comissão temporária externa do Senado que deverá acompanhar as obras de transposição das águas do rio São Francisco: Cícero Lucena (PSDB-PB), que presidirá os trabalhos, Rosalba Ciarlini (DEM-RN), José Maranhão (PMDB-PB) e Gim Argello (PTB-DF), na condição de titulares; e Efraim Morais (DEM-PB), Tasso Jereissati (PSDB-CE), Almeida Lima (PMDB-SE) e João Vicente Claudino (PTB-PI) como suplentes.

Criada por requerimento de Cícero Lucena, a comissão acompanhará em detalhe as obras de transposição e de revitalização do rio, realizadas pelo Ministério

de Integração Nacional. Cícero Lucena observou que a questão envolve interesses de vários estados, sendo necessário o acompanhamento do Senado.

Polêmica, a obra gerou fortes reações contrárias. Segundo o site do Ministério da Integração Nacional, a transposição atingirá 1% das águas do rio, ao custo de R\$ 4,5 bilhões.



## ambiente legal

### Felicidade contra o câncer

Sentir-se feliz e ter uma atitude positiva diante da vida pode ser uma arma eficaz na prevenção contra o câncer de mama, segundo pesquisa realizada por especialistas israelenses. A equipe, da Universidade de Ben-Gurion, afirma, com base no estudo, que mulheres que se dizem felizes têm menos chances de desenvolver a doença, enquanto as que viveram even-

tos traumáticos estão mais vulneráveis a desenvolver o tumor. "Descobrimos que o sentimento de felicidade e otimismo tem um efeito de proteção", disseram os pesquisadores. Para eles, um único evento traumático não influencia no desenvolvimento da doença, mas duas ou mais crises pessoais aumentam em dois terços os riscos de a doença se manifestar.

### Carro sem poluição

A empresa britânica ITM Power aposta que o hidrogênio será o combustível do futuro, feito em casa, com o uso de água, eletricidade e tecnologia fornecida pela própria empresa. Há alguns anos o hidrogênio aparecia como a grande opção nas tentativas de substituir o motor a gasolina. Hoje, porém, as baterias de lítio-ion aparecem como favoritas. É nesse cenário que a ITM Power conseguiu desenvolver um dispositivo barato para que os donos de carros possam produzir o gás em casa, resolvendo o problema da falta de postos de abastecimento de hidrogênio.

### Nova Era do Gelo?

O planeta Terra está perto de uma "pequena Era de gelo", que duraria entre 60 e 80 anos como consequência de uma diminuição da atividade solar: pelo menos isso é o que prevê estudo desenvolvido na Universidade Nacional Autônoma do México (Unam). O trabalho foi apresentado pelo pesquisador Víctor Manuel Velasco Herrera, do Instituto de Geofísica, para quem a nova era terá início em dois anos.

### Plantando a casa

Será possível plantar uma casa? Adeptos da ecoarquitetura estão desenvolvendo coisas do tipo um ponto de ônibus com o crescimento da folhagem, um playground constituído inteiramente de árvores e um abrigo, erguido com raízes de árvores vivas. Os professores Yoav Waisel e Amram Eshel, da Universidade de Telavive, usam raízes aéreas moldadas na forma de objetos e mobiliário.

## comissões



Malta (C) negocia com representantes das empresas telefônicas cooperação para ampliar caçada aos pedófilos na internet

# Telefônicas prometem apoio à CPI da Pedofilia

Empresas que fornecem acesso à internet assumem compromisso de tornar mais ágil e confiável o repasse de dados relativos aos usuários suspeitos

Seis companhias telefônicas e provedoras de acesso à internet – Brasil Telecom, Telefônica, GVT, Oi, Telemar e NET – assumiram compromisso de participar da elaboração de um termo de ajustamento de conduta (TAC) para agilizar o fornecimento de dados sobre usuários investigados pela prática de pedofilia. A decisão das empresas, anunciada na quarta-feira em audiência pública da Comissão Parlamentar de Inquérito da Pedofilia, foi saudada pelo presidente do colegiado, senador Magno Malta (PR-ES).

Malta pedirá que as empresas

telefônicas indiquem um representante para compor o grupo de trabalho que se responsabilizará pela elaboração do acordo. A equipe também será integrada por representantes da Polícia Federal, do Ministério Público e da organização não-governamental Safernet, que já prestam assessoramento à CPI.

– Esse acordo que firmaremos com as empresas telefônicas será um marco no combate à pedofilia e uma referência para outros países – frisou o senador.

Na reunião, Carlos Eduardo Sobral, delegado da Unidade de

Repressão a Crimes Cibernéticos da Polícia Federal, apresentou um balanço das informações fornecidas pelas provedoras sobre 874 usuários suspeitos de divulgar pornografia infantil pela internet. Os suspeitos foram identificados a partir da quebra de sigilo, por solicitação da comissão de inquérito, de 3.261 álbuns fechados do site de relacionamentos Orkut, do Google.

Grande parte dos dados repassados pelas empresas, porém, não pode ser aproveitada devido a erros no fornecimento ou problemas técnicos.

## CE regulamenta uso de animais em experiências

Apresentado em 1995 pelo deputado Sérgio Arouca (1941-2003), o projeto de lei da Câmara que regulamenta procedimentos para uso de animais em experiências científicas foi aprovado na última quarta-feira pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE). Relatada pelo senador Inácio Arruda (PCdoB-CE), a proposta (PLC 93/08) cria o Conselho Nacional de Experimentação Animal (Concea) e prevê, entre as suas atribuições, a formulação de normas relativas à utilização humanitária de animais com a finalidade de ensino e pesquisa científica. Caberá ao conselho também credenciar instituições para criação e utilização de animais a serem submetidos a experiências. A meta do projeto é evitar ao máximo o sofrimento e a dor do animal submetido a procedimentos em laboratórios para fins de ensino e pesquisa. Não estão incluídas na proposta as pesquisas zootécnicas.

## Paulo Paim retira projeto sobre vagas obrigatórias para negros

Projeto que reserva aos negros 20% dos cargos em comissão do grupo Direção e Assessoramento Superiores (DAS) da administração pública e 46% das vagas em empresas com mais de 200 empregados pode ser arquivado a pedido do autor, Paulo Paim (PT-RS). Aprovada na quarta-feira passada pela Comissão de Direitos Humanos (CDH), a proposta (PLS 235/08) teria ficado diferente do que pretendia, uma vez que não levou em conta o percentual de negros em cada estado, alegou o senador dois dias depois. O arquivamento depende agora do Plenário.

Paim disse ter apresentado a proposta com o objetivo de

“evitar a discriminação por raça, ascendência ou origem étnica ou racial nas relações de emprego e promover a inclusão de afro-brasileiros no mercado de trabalho”.

Pelo texto aprovado, as empresas de todo o país com mais de 200 empregados seriam obrigadas a ter 46% de negros em seus quadros, com prazo de cinco anos para se adequar à regra. E os governos federal, estaduais, distrital e municipais seriam responsáveis pela implementação de políticas para a inclusão de negros no mercado de trabalho, promovendo medidas para assegurar a “igualdade de oportunidades no mercado de trabalho”.

### CARGOS NO TRT

O Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da 11ª Região, com sede em Manaus e jurisdição sobre Amazonas e Roraima, poderá ter 24 novos cargos efetivos, conforme projeto (PLC 121/08) do Tribunal Superior do Trabalho aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça, e que agora vai ao Plenário.

### DEBATES NA CDH

A CDH discutirá os planos de saúde, juntamente com a Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde da CAS, por sugestão do senador Paulo Paim (PT-RS). Outra audiência a ser realizada pela comissão, proposta pelo senador Romeu Tuma (PTB-SP), debaterá a atuação dos conselhos tutelares.

## Diretores de escolas públicas podem ser eleitos por via direta

As escolas públicas de educação básica em todo o país poderão ter seus diretores escolhidos por eleição direta. Projeto de lei do Senado (344/07) nesse sentido, de Ideli Salvatti (PT-SC), foi aprovado pela Comissão de Educação (CE), com texto substitutivo de Fátima Cleide (PT-RO). Emenda de Romeu Tuma (PTB-SP) acolhida pela relatora exclui da eleição direta os diretores aprovados em concursos específicos para a função.

Os diretores teriam mandato de dois anos, com direito a uma reeleição. Eles seriam escolhidos dentre profissionais de educação, com participação da comu-

nidade escolar (professores, funcionários, estudantes e pais), devendo realizar previamente curso de capacitação em gestão educacional.



Fátima Cleide, relatora: diretor eleito, mas com curso de formação

## Proposta torna inelegível prefeito que negligenciar educação pública

A Comissão de Educação também aprovou projeto de lei complementar do senador Cristovam Buarque (PDT-DF) que visa punir os prefeitos que descumprirem os deveres de natureza educacional, como deixar de oferecer vagas a todas as crianças entre quatro e sete anos ou permitir que crianças estejam nas ruas, em horário de aula, desacompanhadas dos pais ou responsáveis.

Entre as penalidades previstas na proposta (PLS 540/07) está a proibição de disputar cargos eletivos na eleição subsequente.

As autoridades responsáveis pela oferta dos serviços de educação também poderão ser punidas por deixar de assegurar a todas as escolas as condições mínimas de higiene, bem como todas as condições que garantam um bom aprendizado.

## agora é lei

### Idoso ganha preferência na devolução do IR

O procedimento interno que a Receita Federal já vinha adotando desde 2004, dando prioridade à devolução do Imposto de Renda (IR) às pessoas a partir de 60 anos, agora está estabelecido na Lei 11.765/08, publicada no *Diário Oficial* de 6 de agosto.

Ao reconhecer esse direito, a legislação atende ao Estatuto do Idoso (Lei 10.741/03), em vigor desde 1º de janeiro de 2004, que tem como finalidade conferir melhores condições de vida às pessoas idosas.

Em seu artigo 3º, o estatuto estabelece que “é obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do poder público assegurar ao idoso, com absoluta prioridade, a efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária”.

Em cumprimento a esse preceito, a nova lei acrescentou o inciso IX ao artigo 3º, prevendo expressamente



Legislação agora atende ao que prevê o Estatuto do Idoso

a prioridade do idoso no recebimento da restituição do Imposto de Renda. Com a garantia prevista em lei, caso ocorra o seu descumprimento, os responsáveis estarão sujeitos às sanções previstas no próprio estatuto.

De acordo com a Receita, dos contribuintes incluídos no primeiro lote de restituição do IR 2008, com ano-base 2007, 77,1% eram idosos, o que equivale a 1,063 milhão de contribuintes.

O projeto de lei, sancionado pelo vice-presidente José Alencar no dia 5 de junho, é do ex-senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ) e teve como relator o senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG).

## comissões



FOTOS: JOSÉ CRUZ

Demostenes Torres, relator do projeto: vazamento de informações sigilosas pode ser punido com quatro anos de cadeia

## CCJ aprova novas regras para quebra de sigilo

Imunidade relativa: conversas entre advogado e cliente gravadas legalmente, se não forem sobre os serviços prestados, podem ser usadas como prova

As informações obtidas por meio de monitoramento de ligações telefônicas entre o investigado, ou acusado, e seu advogado, quando este não estiver no exercício da atividade profissional, poderão ser usadas como prova no processo penal. A novidade está em substitutivo do senador Demostenes Torres (DEM-GO) a projeto de Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) aprovado na quarta-feira pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), em decisão terminativa.

A lei em vigor (Lei 9.296/96) determina que em nenhuma hipótese essas informações podem ser usadas. Em seu parecer, o relator explicou que essa lei im-

pede que se investiguem muitos advogados que fazem parte da mesma organização criminosa de seus clientes.

– A prerrogativa de os advogados não serem investigados refere-se à atividade profissional e não à atividade criminosa, pela qual devem ser investigados normalmente – afirmou Demostenes.

A proposta também estabelece que a escuta seja feita somente por prestadora de serviço de comunicação, de forma gratuita (veja abaixo) e por um prazo não superior a 60 dias, prorrogáveis até um máximo de 360 dias, desde que o juiz autorize. Em caso de crime permanente, o projeto não define prazo.

A empresa será obrigada a informar ao juiz o nome do responsável pelo serviço, mantida a pena de reclusão de dois a quatro anos e multa para quem violar o sigilo de comunicação telefônica, de informática ou telemática, sem autorização judicial. A mesma penalidade será aplicada a quem violar o segredo decorrente da quebra de sigilo, acrescida de um terço e até de metade do prazo se essa violação for praticada por funcionário público no exercício de suas funções.

Já aprovado pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), o texto (PLS 525/07) de Demostenes será submetido a votação suplementar na CCJ.

## Texto tira poder da Polícia Federal e do Ministério Público

“O que vai acabar é o grampo ilegal de telefone. Já o grampo legal tende a aumentar, pois será feito com mais critério e transparência, e inclusive com mais envolvimento do juiz.” A afirmação é de Demostenes Torres, relator da proposta que acaba com a prerrogativa que tinham o Ministério Público e os departamentos de Polícia Civil e

Federal de realizar a escuta mediante autorização judicial.

– Atualmente, qualquer um desses órgãos tem seu próprio equipamento para realização de grampo. Mas a partir da aprovação dessa proposta, todas as quebras de sigilo que não forem realizadas pela operadora telefônica passarão a ser ilegais – observou Demostenes.

Para possibilitar a punição dos responsáveis pelo vazamento de informações sigilosas, o mandado judicial que determinar a quebra do sigilo, além do nome do técnico da operadora responsável, deverá indicar o nome de todas as pessoas que tiverem acesso ao conteúdo das conversas gravadas: investigadores, delegados, juiz, escrivão etc.

### MUNICÍPIO

Novas regras para criação, incorporação, fusão e desmembramento de municípios foram aprovadas na quarta-feira pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). O texto agora vai ao Plenário, de onde retornará à CCJ depois de receber emendas. O relator, senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), inseriu mudança que valida a criação, incorporação, fusão, desmembramento ou instalação realizada entre 13/9/1996 e 31/12/2007, desde que o município tenha autonomia, prefeitos, vice-prefeitos e vereadores empossados.

### OLAVO SETÚBAL

A CCJ aprovou por unanimidade na quarta-feira passada voto de pesar pelo falecimento do empresário Olavo Setúbal, fundador do Banco Itaú, ex-ministro das Relações Exteriores e ex-prefeito da cidade de São Paulo. Para o presidente da CCJ, Marco Maciel (DEM-PE), Olavo Setúbal foi uma personalidade com grande espírito público, que prestou relevantes serviços ao país, especialmente na transição do regime militar para a plenitude democrática. Os senadores Arthur Virgílio (PSDB-AM) e Eduardo Suplicy (PT-SP) também enaltecem a figura de Olavo Setúbal.

### FÓRUM DAS ÁGUAS

Os países do Mercosul – Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai – devem buscar harmonizar suas leis sobre o uso dos recursos hídricos, propôs na quinta-feira passada a senadora Marisa Serrano (PSDB-MS), relatora da Subcomissão para os Fóruns das Águas, vinculada à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA). Ela sugeriu que o Legislativo busque estabelecer uma agenda própria nos debates que antecedem a realização do V Fórum Mundial das Águas, a realizar-se em março de 2009 em Istambul, na Turquia.

## CAE confirma indicação de Arthur Badin para o Cade

A indicação de Arthur Badin para a presidência do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) foi aprovada pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) na terça-feira passada. A votação era aguardada com expectativa, já que a imprensa vinha divulgando resistências da área empresarial ao nome de Badin, procurador-geral do Cade em seu segundo mandato. Além de ser apontado como pessoa de posições rígidas, comentava-se que, com apenas 32 anos, teria vivência insuficiente para o principal cargo do órgão que julga aquisições, incorporações e fusões de empresas que possam afetar o regime de livre concorrência.

– O depoimento convenceu

a mim e a todos os senadores – salientou Eduardo Azeredo (PSDB-MG). Para o parlamentar, o currículo de Badin mostra sua experiência em Direito Econômico, área em que concluiu especialização. Destacou ainda que o advogado atua no Sistema Nacional de Defesa da Concorrência desde 2003.

Já Pedro Simon (PMDB-RS) avaliou que algumas críticas podem ser vistas como qualidades.

– Um dos motivos que me fazem apostar no nome de vossa excelência foi ouvir dizer que é um homem muito duro, muito rígido. Então, pensei: esse é o homem que nós precisamos ter lá – afirmou.

A indicação ainda precisa ser votada em Plenário.



Advogado com especialização em Direito Econômico, Arthur Badin tem 32 anos e atua no sistema de defesa da concorrência desde 2003

## Senadores criticam lentidão nas análises feitas pelo órgão

Na reunião da CAE que aprovou a indicação de Badin para presidir o Cade, os senadores fizeram várias críticas à atuação do conselho. No foco, a lentidão nos julgamentos dos processos e a adequação das decisões no caso de compras e fusões de grandes empresas.

Para Francisco Dornelles (PP-RJ), o Cade atua de forma “tacanhanha e atrasada” e não acompanha a dinâmica da internacionalização econômica. Já Eduardo Azeredo, relator,

cobrou do Cade análises mais rápidas, para não prejudicar a dinâmica dos negócios.

Gerson Camata (PMDB-ES) e Renato Casagrande (PSB-ES), reforçaram a cobrança por agilidade, ao lembrarem o episódio da compra da fábrica de chocolates Garoto pela Nestlé, em seu estado. Depois de dois anos de negociações, o Cade determinou a anulação da operação e a venda da Garoto de forma fatiada. O processo contra a decisão ainda tramita na Justiça.

## Cláudio Passos Simão tem indicação aprovada para Anac

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura aprovou o engenheiro da reserva da Aeronáutica Cláudio Passos Simão para o cargo de diretor da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac). Ele recebeu elogios por seu extenso currículo e o senador Jayme Campos (DEM-MT) chegou a afirmar que, se no passado o governo tivesse indicado

“pessoas de tal quilate” para a Anac, o Brasil “talvez não tivesse um apagão aéreo”. Em sua exposição, Cláudio Simão disse que as exigências para vãos no Brasil são até maiores que em muitos países desenvolvidos. Questionado, o engenheiro garantiu que “a Anac de hoje é outra”, referindo-se à época do “apagão” de 2007.

plenário

# Aprovados incentivos e reestruturação de carreiras

Em uma sessão muito produtiva, os senadores aprovaram na terça-feira passada todas as medidas provisórias e projetos de lei de conversão que estavam na pauta. Entre as medidas mais importantes que agora dependem de sanção presidencial para entrar em vigor figuram o pacote de incentivos fiscais previsto

no chamado PAC da Indústria; a reestruturação de planos de carreira de servidores da administração federal, que vai beneficiar mais de 1,3 milhão de funcionários dos três Poderes; e o novo quadro de cargos da Abin e autorizações para estados e municípios realizarem empréstimos externos no valor total de US\$ 376,6 milhões.

## PAC da Indústria prevê redução de impostos

O PLV 19/08, oriundo da MP 428/08, que concede incentivos fiscais a diversos setores da economia, integrante do chamado PAC da Indústria, lançado pelo governo em maio último, foi aprovado pelos senadores na semana passada e agora vai à sanção do presidente da República.

A oposição criticou pesadamente o uso de medida provisória para a concessão dos incentivos, mas votou a favor do mérito por entender que a redução dos impostos é importante para incen-

tivar o setor produtivo. No geral, os opositoristas argumentaram que o governo tenta se sobrepor ao Congresso com a edição de medidas provisórias.

O líder do DEM, José Agripino (RN), chegou a afirmar que, se o governo tivesse optado por projeto de lei, a medida já estaria votada "há tempos". Para decidir se votaria ou não a matéria, a oposição pediu votação nominal, quando o projeto recebeu 32 votos favoráveis e 19 contrários. O conteúdo, por sua vez, foi

aprovado em votação simbólica do Plenário.

O relator Francisco Dornelles (PP-RJ) sustentou que a proposta, com 23 artigos, busca também levar as empresas a investirem em pesquisas científicas e tecnológicas e contribuirá para aumentar a produtividade da indústria nacional. O senador disse ainda que os incentivos devem ajudar a aumentar as exportações nacionais e dar sustentabilidade ao atual ciclo de expansão da economia brasileira.



Senadores na sessão deliberativa de terça-feira passada: pauta foi esvaziada de MPs e presidente Garibaldi Alves decidiu que outras medidas provisórias, em número considerado excessivo, não serão mais lidas temporariamente

## Novos planos de carreira beneficiam quase 1,4 milhão de servidores

O Plano Geral de Cargos do Poder Executivo e a composição de valores de tabelas de remuneração no âmbito da administração pública federal só dependem agora da sanção do presidente da República para entrar em vigor. Incluídos na MP 431/08, transformada no PLV 21/08, eles foram aprovados pelo Plenário e beneficiam 1.390.319 servidores ativos, aposentados e pensionistas, dos quais 272.431 do Executivo e 1.117.888 das demais áreas.

O relator, Cristovam Buarque (PDT-DF), para não adiar a entrada em vigor dos benefícios, rejeitou emendas apresentadas pelos senadores, mas se

disse favorável ao enquadramento dos professores das escolas militares – que obtiveram as maiores notas no Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade) –, conforme também defendeu o líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM). Para os senadores, o enquadramento da categoria não representaria aumento de despesa.

O líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), reconheceu que o enquadramento daqueles professores é uma questão que precisa ser resolvida. Não prometeu a edição de uma MP, mas o empenho pessoal para, dentro do governo, buscar uma solução.

## Garibaldi Alves suspende leitura de MPs por 45 dias

O presidente do Senado, Garibaldi Alves Filho, comunicou na quarta-feira passada que a Secretaria Geral da Mesa não fará a leitura de nenhuma medida provisória por 45 dias. A exceção ficaria por conta de MP que disponha sobre o aumento de salário para categorias do funcionalismo público ainda não contempladas.

Garibaldi defendeu uma negociação com a Câmara neste período para apressar a votação de proposta de emenda à Constituição, já aprovada pelo Senado, que regulamenta a edição de MPs.

O anúncio da suspensão da leitura das medidas provisórias foi feito após cobrança de diversos senadores em Plenário, que manifestaram contrariedade com a utilização excessiva desse instrumento pelo Poder Executivo.

Em resposta, Garibaldi explicou que a Constituição não lhe permite devolver "pura e simplesmente" as medidas provisórias ao governo federal, conforme sugestão apresentada pelo senador Alvaro Dias (PSDB-PR).

Após o anúncio do presidente, o líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), afirmou que o Execu-

tivo editaria "uma ou duas" MPs até sexta-feira para atender categorias de servidores não incluídas na MP 431/08, que reestruturou o Plano Geral de Cargos do Poder Executivo.

Para Alvaro Dias, a suspensão da leitura das medidas é uma "decisão inócua que não produzirá impacto e não terá consequência alguma", tendo em vista a realização das eleições municipais de outubro. O senador José Agripino (DEM-RN) propôs que a suspensão da leitura das MPs tivesse início somente após 10 de outubro.

**ALÍQUOTA ZERO** - As matérias-primas para fabricação de pão comum – trigo *in natura*, farinha de trigo e pré-misturas – terão suas alíquotas da Cofins e do PIS/Pasep temporariamente reduzidas a zero. O PLV 23/08, oriundo da MP 433/08, também aprovado pelos senadores, estende até 30 de junho de 2009 a alíquota zero. O objetivo, segundo argumentou o ministro da Fazenda, Guido Mantega, é "conter a inflação e garantir o abastecimento de pão comum na mesa dos brasileiros mais pobres". Como recebeu três emendas do relator, senador Cícero Lucena (PSDB-PB), o PLV volta à Câmara dos Deputados.

**CRÉDITO** - Sete pedidos de empréstimos externos por estados e municípios, totalizando US\$ 376,6 milhões, foram autorizados pelo Plenário. O Amazonas e as prefeituras de Porto Alegre, Manaus, Bagé (RS), Belford Roxo (RJ), São Luís e Cachoeirinha (RS) poderão contrair empréstimos junto ao Banco Mundial (Bird), ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), à Corporação Andina de Fomentos (CAF) e ao Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata (Fonplata). As matérias, previamente aprovadas pela Comissão de Assuntos Econômicos, agora seguem à promulgação.

**MARINHA MERCANTE** - A União poderá participar com R\$ 1 bilhão no Fundo de Garantia para a Construção Naval (FGCN), destinado a proteger o crédito concedido pelos bancos a estaleiros, com recursos do Fundo da Marinha Mercante (FMM). É o que determina o PLV 20/08 (originário da MP 429/08), votado pelo Plenário com três emendas. A MP também alterou regras relativas à utilização, por meio do BNDES, de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), com o mesmo objetivo de incentivar a marinha mercante. Por causa das modificações, o PLV retorna à Câmara para nova análise.

projetos aprovados

25 a 29 de agosto

➔ **PLC 116/08**, da Câmara, cria 1.692 cargos em vários tribunais. PLC 113/08 cria 116 cargos efetivos e 204 funções comissionadas no Superior Tribunal de Justiça (STJ). Nesse mesmo tribunal, o PLC 117/08 cria sete cargos efetivos e quatro comissionados. PLC 118/08 cria 179 comissões no Tribunal de Contas da União (TCU). PLC 119/08 institui 1.023 comissões no Tribunal Regional do Trabalho. PLC 121/08 cria 12 cargos efetivos no TRT da 11ª Região. Aprovados em Plenário, seguem à sanção presidencial.

➔ **PLC 123/07**, do Poder Executivo, permite dispensar licitações no caso de compra de bens e contratação de serviços para atender aos contingentes militares das Forças Armadas brasileiras empregados em missões de paz. Aprovado em Plenário, segue à sanção presidencial.

➔ **PLC 18/02**, da Câmara, permite o uso de recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para pagamento de lote, para uso residencial, com até 250 metros quadrados. Aprovado em Plenário, volta à Câmara.

➔ **Projetos sobre acordos internacionais ratificados em Plenário**: PDS 18/07, tratado em matéria penal, com o Canadá; PDS 89/08, acordo na área de defesa com a Guiné-Bissau; PDS 91/08, acordo de comércio entre Mercosul e Índia; PDS 92/08, cooperação técnica com Botsuana; PDS 93/08, cooperação técnica com a Guiné Equatorial; PDS 95/08, cooperação técnica com Belize; PDS 96/08, acordo científico com a Argentina; PDS 97/08, cooperação policial com a Colômbia; PDS 98/09, acordo sobre vistos com a Argentina; e PDS 99/09, acordo de cooperação técnica com a República Dominicana.

➔ **PLS 474/07**, do senador João Tenório (PSDB-AL), estabelece estímulos especiais ao desenvolvimento do sistema orgânico de produção agropecuária. Aprovado na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), em decisão terminativa, segue para a Câmara dos Deputados.

➔ **PLS 344/07**, da senadora Ideli Salvatti (PT-SC), determina que os diretores de escolas públicas de educação básica de todo o país deverão ser escolhidos por meio de eleições diretas. Emenda do senador Romeu Tuma (PTB-SP) aceita pela relatora exclui da eleição direta os diretores aprovados em concursos específicos para a função. Aprovado na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) em decisão terminativa, segue para a Câmara.

➔ **PLS 85/07**, do senador Marconi Perillo (PSDB-GO), permite

a inclusão, no Programa Universidade para Todos (ProUni), de instituições públicas estaduais e municipais não-gratuitas. Aprovado na CE em decisão terminativa, segue para a Câmara.

➔ **PLV 19/08**, do Executivo, concede incentivos fiscais a diversos setores da economia, integrantes do chamado PAC da Indústria, lançado pelo governo em maio último. Aprovado em Plenário, segue à sanção presidencial.

➔ **PLV 21/08**, do Executivo, trata da reestruturação do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo e da composição de valores de tabelas de remuneração no âmbito da administração pública federal. A proposição beneficia um total de 1.390.319 servidores ativos, aposentados e pensionistas. Aprovado em Plenário, segue à sanção presidencial.

➔ **PLV 22/08**, do Executivo, autoriza o governo a renegociar cerca de R\$ 75 bilhões de dívidas de 2,8 milhões de agricultores, algumas contraindas nas décadas de 80 e 90. Aprovado em Plenário, vai à sanção presidencial.

➔ **PLV 20/08**, do Executivo, autoriza a União a participar com R\$ 1 bilhão na criação do Fundo de Garantia para a Construção Naval (FGCN), destinado a proteger o crédito concedido pelos bancos a estaleiros, com recursos do Fundo da Marinha Mercante. Aprovado em Plenário. Devido às modificações feitas pelos senadores, retorna à Câmara.

➔ **PLV 23/08**, do Executivo, reduz temporariamente a zero as alíquotas da Cofins e do PIS/Pasep incidentes sobre as matérias-primas usadas na fabricação do pão comum (trigo *in natura*,

## Renan pede por produtores de cana-de-açúcar

A inclusão da cana-de-açúcar no Programa de Preço Mínimo do governo federal e a sanção da lei que reestrutura as dívidas rurais foram duas das reivindicações apresentadas por Renan Calheiros (PMDB-AL) ao governo federal na sexta-feira. Conforme o senador, o setor vem promovendo uma reestruturação produtiva desde a década de 1990, quando a retirada da regulação estatal levou a forte queda de preço do açúcar e do álcool. "Mesmo com os esforços empreendidos desde então, o alto custo de produção tem inviabilizado muitos fornecedores de cana-de-açúcar."

## Cristovam rebate críticas ao piso da educação

Trabalhadores em educação vão promover campanha nacional em defesa do piso salarial nacional para todos os profissionais que atuam na área, segundo informou Cristovam Buarque (PDT-DF) na sexta-feira passada. O piso dos professores, de R\$ 950 com jornada de 40 horas semanais, foi instituído a partir de projeto de lei defendido pelo senador, que criticou as resistências à lei. O texto, sancionado em julho, prevê a implantação gradativa do piso, em dois anos, a partir de 2009. Governadores e secretários de Educação de vários estados argumentam que o piso não pode ser criado por lei federal.

## Adelmir destaca homenagem a pioneiros de Brasília

Adelmir Santana (DEM-DF) destacou a homenagem prestada a pioneiros que atuaram na prestação de bens e serviços em Brasília antes da inauguração da cidade, em 1960. Ele informou que a festa, realizada na quarta-feira, reuniu mais de 600 pessoas.

O senador disse ainda que

os exemplos deixados pelos pioneiros "devem nortear os caminhos dos jovens empresários de todo o Distrito Federal".

Entre os pioneiros homenageados e citados por Adelmir Santana estava o primeiro fotógrafo que chegou a Brasília, Gervásio Batista, que trabalhou no grupo Manchete.

**QUADRO DA ABIN** - A estruturação do plano de carreiras e cargos da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) foi autorizada pelos senadores, com a aprovação do PLV 24/08 (MP 434/08). A proposta cria as carreiras de oficial de inteligência, oficial técnico de inteligência (240 cargos), agente de inteligência e agente técnico de inteligência (200). Relator no Senado, Romeu Tuma (PTB-SP) enfatizou que o PLV em nada altera as atividades da Abin e lembrou que todos os cargos serão preenchidos por concurso público em andamento (que, inclusive, teve as inscrições prorrogadas). Já existem 40 mil candidatos inscritos para preencher 190 vagas.

**AUTORIDADES APROVADAS** - Três indicações de autoridades federais enviadas ao Senado pelo presidente da República foram acolhidas pelo Plenário. O juiz federal Benedito Gonçalves (57 votos a favor e 4 contrários) irá integrar o Superior Tribunal de Justiça (STJ). Com 54 votos a favor e 3 contrários, o ministro do STJ Gilson Langoar Dipp irá compor o Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Já a vice-presidente do Conselho Consultivo da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), Emília Maria Silva Ribeiro, vai integrar o Conselho Diretor da própria Anatel. Ele recebeu 42 votos favoráveis e a reprovação de 15 senadores.

farinha de trigo e pré-misturas). Retorna à Câmara.

➔ **PLV 24/08**, do Executivo, trata da estruturação do plano de cargos da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), criando as carreiras de oficial de inteligência, oficial técnico de inteligência (240 cargos), agente de inteligência e agente técnico de inteligência (200 cargos). Aprovado em Plenário, segue à sanção presidencial.

➔ **Mensagens presidenciais autorizando empréstimos** - O governo do Amazonas e as prefeituras de Porto Alegre, Manaus, São Luís, Belford Roxo (RJ), Bagé (RS) e Cachoeirinha (RS) poderão contratar empréstimos junto a instituições estrangeiras no valor total de US\$ 376,62 milhões. Aprovadas em Plenário, seguem à promulgação.



## tributação

# União deixa de arrecadar R\$ 76 bi por ano com desonerações fiscais

Gastos tributários correspondem a um valor maior que os orçamentos da educação e da saúde somados. No ano passado, as “exceções” corresponderam a 13% de toda a arrecadação federal

No ano passado, quase 13% de toda a arrecadação federal foram paradas nas “desonerações fiscais”, ou gastos tributários. O termo se refere ao montante de impostos e contribuições que a União deixou de arrecadar para atender a diversos fins (veja quadro), desde o incentivo a uma atividade econômica até a necessidade de simplificar ou diminuir custos da administração pública.

Na definição da Receita Federal, gastos tributários são gastos

indiretos do governo por intermédio do sistema tributário para atender objetivos econômicos e sociais. Em 2007, a União arrecadou R\$ 585 bilhões, dos quais R\$ 76 bilhões se encaixaram nessas “exceções”. Para se ter uma noção da grandeza desse valor, basta lembrar que os recursos somados das áreas de educação e de saúde no Orçamento da União deste ano são de R\$ 73,1 bilhões.

Nos estados e municípios, também é grande o volume de desonerações. Porém, a infinidade de

normas e regulamentos praticamente impede que se tenha uma noção exata do montante.

É considerada desoneração tributária toda situação que promova presunção creditícia, isenção, anistia, redução de alíquota, dedução ou abatimento e adiamento de obrigação de natureza tributária. Somente no Senado, estão em tramitação 135 propostas sobre a questão fiscal. As medidas vão desde incentivos pontuais para regiões, setores econômicos ou produtos até be-

nefícios para quem reflorestar ou investir em reciclagem.

Ainda que criticadas por especialistas por seu excesso, as desonerações podem se constituir em alternativa às ações do Estado.

Os gastos tributários têm caráter compensatório, quando o governo não atende adequadamente a população com serviços de sua responsabilidade, ou têm caráter incentivador, quando o governo tem a intenção de envolver determinado setor ou região, esclarece a Receita.

## Previsão dos principais gastos tributários – 2008

Por função orçamentária (em bilhões)

Item	R\$	%
Comércio e serviços	22,250	29,26
Indústria	15,056	19,80
Trabalho	9,074	11,93
Saúde	8,903	11,71
Agricultura	6,897	9,07
Assistência social	3,802	5,00
Educação	3,525	4,63
Ciência e tecnologia	2,006	2,64
Outros	4,537	5,96
<b>Total</b>	<b>76,055</b>	<b>100</b>

Por área específica (em bilhões)

Item	R\$	%
Microempresas e de pequeno porte (Simples)	19,570	25,73
Zona Franca de Manaus	11,161	14,68
Entidades sem fins lucrativos – Isentas/imunes	8,910	11,72
Rendimentos isentos e não-tributáveis do IRPF	5,836	7,67
Agricultura e agroindústria	5,290	6,96
Deduções do rendimento tributável do IRPF	4,433	5,83
Desenvolvimento regional	4,059	5,34
Benefícios do trabalhador	3,916	5,15
Outros (*)	12,877	16,92
<b>Total</b>	<b>76,055</b>	<b>100</b>

(\*) Engloba, inclusive, áreas de grande visibilidade como o ProUni, os incentivos à cultura e ao esporte, o Estatuto da Criança e do Adolescente e os setores automobilístico e de informática

Fonte: Receita Federal do Brasil



Papelaria em Brasília: José Agripino propõe que governo deixe de cobrar tributos sobre materiais escolares, medida que estudiosos consideram pouco transparente

## O que deveria ser provisório, no Brasil, tende a se tornar eterno

Incentivos e benefícios fiscais obrigatoriamente devem passar pelo crivo do Congresso, como determina a Constituição. Mas o excesso de gastos tributários (veja tabela) causa preocupação entre tributaristas e economistas.

A Consultoria Legislativa da Câmara alerta para o fato de que, além de perigosas para o equilíbrio e a justiça do sistema tributário, as desonerações estão concentradas em poucas áreas.

Apenas três segmentos – micro e pequenas empresas, Zona Franca de Manaus e entidades sem fins lucrativos – são responsáveis por mais da metade (52,13%) da renúncia de receita tributária federal.

– Para se ter uma idéia, esse montante equivale ao valor da dotação orçamentária para os

ministérios da Educação, Transportes e Integração Nacional – diz estudo da consultora Maria Emilia Miranda Pureza.

O levantamento alerta também que o sistema brasileiro “torna especialmente delicada a concessão de incentivos

fiscais e reforça a necessidade de maior rigor na sua aprovação”.

– É certo que, na tradição brasileira, estes [incentivos] acabam assumindo o formato de benesse

eterna, pois uma vez inseridos no sistema tributário ali tendem a permanecer para sempre – avalia Maria Emilia.

Para o estudo, o caminho correto é o inverso. A legislação deveria evitar que benefícios fiscais se integrem permanentemente ao sistema tributário, recomendando a previsão de sua extinção gradativa.

**Benefícios fiscais estão concentrados em apenas três áreas**

## Os vários furos da peneira

As desonerações tributárias podem servir para diversos fins, como:

- simplificar e/ou diminuir os custos da administração;
- corrigir desvios;
- compensar gastos realizados pelos contribuintes com serviços não atendidos pelo governo;
- compensar ações complementares às funções típicas de Estado desenvolvidas por entidades civis;
- promover a equalização das rendas entre regiões; e/ou,
- incentivar setores da economia.

Fonte: Receita Federal do Brasil

## Os números da renúncia

• **Reforma tributária:** União vai deixar de arrecadar **R\$ 42 bilhões** se for aprovada a proposta enviada ao Congresso.

• **Política industrial:** o pacote de incentivos prevê uma desoneração fiscal de **R\$ 21,4 bilhões**.

• **Refrigerantes:** governo deixou de arrecadar quase **R\$ 4 bilhões** em função da renúncia fiscal concedida à Zona Franca.

• **Informática:** estima-se para 2008 renúncia fiscal no IPI de **R\$ 9,4 bilhões**. Somente o setor de informática deixará de arrecadar **R\$ 2,1 bilhões**.

## Renúncia fiscal é um gasto público pouco transparente, diz estudo

Três projetos sobre desonerações tributárias específicas estão na pauta da próxima reunião da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Um deles (PLS 632/07), do senador Francisco Dornelles (PP-RJ), estende incentivos fiscais a setores exportadores; outro (160/07), de José Agripino (DEM-RN), isenta de taxa os produtos escolares; e um terceiro (182/06), do então senador Marcos Guerra, concede

aos representantes comerciais a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) na aquisição de automóveis. – A renúncia fiscal é uma das formas mais complexas e menos transparentes de alocação de recursos públicos, pois além de não se submeter ao crivo anual da aprovação orçamentária, sua efetiva aplicação de-

pende de avaliações e decisões que geralmente extrapolam a esfera pública – diz a consultora legislativa da Câmara Maria Emilia Pureza.

Programas de muita visibilidade têm parcela ínfima entre as desonerações federais. É o caso do Programa Universidade para Todos (ProUni), com renúncia fiscal de R\$ 325,7 milhões, ou apenas 0,43% do total, em 2008.

Já a renúncia fiscal oferecida pela legislação brasileira às igrejas e aos templos religiosos é quase três vezes maior e deverá chegar a R\$ 930,9 milhões.

Até a legislação de incentivo à cultura (Lei Rouanet e Lei do Audiovisual) sofre crítica, pois, a dedução fiscal gera produção cultural porque distribui dinheiro, mas não seria lógica nem justa.

**Programas amplos, como o ProUni, têm participação ínfima**

## tributação

# Paim retoma idéia de taxar grandes fortunas

Senador é autor de projeto que regulamenta tributo, já previsto na Constituição, para patrimônios superiores a R\$ 10 milhões

A Constituição prevê, no artigo 153, a criação do chamado Imposto sobre Grandes Fortunas (IGF). Mas, apesar de previsto desde a promulgação da Carta, há 20 anos, tal imposto nunca foi instituído. E não faltaram projetos com esse objetivo, mas que não vingaram, inclusive um elaborado em 1989 pelo então senador Fernando Henrique Cardoso.

O mais recente capítulo dessa história tramita atualmente na Comissão de Assuntos Econômicos. Trata-se de um projeto de lei complementar (PLS 128/08) de Paulo Paim (PT-RS) que cria o IGF. O tributo proposto pelo senador teria alíquota de 1% sobre o patrimônio dos contribuintes cujo valor ultrapassasse R\$ 10 milhões. O texto aguarda designação de relator na comissão.

Conforme o senador, o objetivo do seu projeto é corrigir distorções do sistema tributário que levam a uma taxação proporcionalmente maior dos brasileiros de baixa renda. “Os indivíduos de baixa renda consomem proporcionalmente mais – e por isso contribuem proporcionalmente mais com incidências indiretas. Ao contrário, os indivíduos de renda alta consomem e contribuem proporcionalmente menos. Por isso se diz que os impostos indiretos, que incidem sobre o consumo, são injustos e regressivos”, justifica Paim.

Ele lembrou que o Brasil está entre os países com maior concentração de renda e de pobreza, a despeito de “pequenas e lentas modificações nesse quadro”. Levantamento estatístico mencionado pelo senador dá conta de que 1% da população detém hoje 13% da riqueza. Os 10% mais ricos ficam com 32%. No outro extremo, os 50% mais pobres embolsam apenas 14% da renda.

Ainda segundo o levantamento, 51% das famílias brasileiras vivem com menos de cinco salários mínimos (R\$ 2.075), enquanto 5% delas auferem acima de 30 salários mínimos (R\$ 12.450).

Paim afirma que vários países importantes têm algum tributo similar ao IGF e, segundo ele, a resistência encontrada para sua instituição no Brasil é, “regra geral, escudada em supostos entraves de caráter técnico, que mal conseguem disfarçar o viés político”, diz o senador.

Do ponto de vista técnico, prossegue Paim, as objeções a um imposto sobre grandes fortunas foram eliminadas pela definição do patrimônio tributável

e pelas deduções contidas no artigo 2º da lei proposta. Não seriam tributáveis, por exemplo, o imóvel de residência do contribuinte, os bens de pequeno valor, de uso doméstico, e os bens

de produção e instalações usados para obtenção de rendimentos de trabalho autônomo.

Os bens objeto de tombamento ou de declaração de utilidade pública pelo poder público, assim como os gravados por reserva legal ou voluntária para fins de utilização social ou de preservação ambiental, também estariam excluídos da tributação.

A base de cálculo do tributo também foi contemplada com exclusões previstas no artigo 5º, que compreende as dívidas e obrigações pecuniárias do contribuinte. Ou seja, a tributação incidiria sobre o patrimônio líquido, que subtrai o valor das dívidas do patrimônio total.

Poderiam ser deduzidos do total a recolher os valores pagos referentes a outros impostos sobre o patrimônio, como o Imposto Territorial Rural (ITR) e o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU).

**Proposta prevê dedução, por exemplo, de IPTU já pago**



JOSE CRUZ



**Paim defende adoção do novo imposto para corrigir distorções do sistema tributário atual, que taxa mais quem ganha menos**

## Críticos dizem que novo tributo é, no mínimo, inócuo

Previsto na Constituição, mas nunca instituído, o Imposto sobre Grandes Fortunas (IGF) pode demorar a ser criado, a julgar pela ausência de consenso sobre o tema. O senador Francisco Dornelles (PTB-RJ), relator da reforma tributária no Senado, já disse que o tributo é uma “aberração”, pois só existem duas bases de tributação, a renda e o patrimônio, sobre os quais já incidem outros impostos – na atualidade, o Imposto de Renda, além do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) e do Imposto Territorial Rural (ITR).

Já o ex-ministro da Fazenda Máilon da Nóbrega, em debate recente na Casa sobre a reforma tributária, lembrou que o então senador Fernando Henrique Cardoso propôs a regulamentação do imposto (PLP 162, de 1989), mas não lutou por sua cobrança quando chegou à Presidência, “convencido pelos estudos do Ministério da Fazenda de que ele é inócuo”.

O falecido economista e ex-senador Roberto Campos disse certa vez que “o capital é covarde como um cordeiro e veloz como uma lebre” para safar-se.

Por isso, os críticos argumentam que um imposto sobre fortunas poderia desencorajar o ingresso de capitais no Brasil e, no sentido inverso, a fuga de capitais nacionais para lugares onde o IGF não é cobrado – que são a grande maioria dos países.

Os críticos da iniciativa também argumentam que o IGF desencorajaria a acumulação de riquezas. Portanto, desestimularia a poupança, “com efeitos negativos sobre o desenvolvimento econômico”, conforme afirmou o advogado tributarista Ives Gandra Martins.

### Onde a mordida é maior

Países<sup>1</sup> que cobram impostos sobre o patrimônio líquido<sup>2</sup> das pessoas físicas

País	Alíquota (em %)
Espanha	0,2 a 2,5 <sup>3</sup>
Finlândia	0,9
França	0,55 a 1,8 <sup>3</sup>
Islândia	0,6
Luxemburgo	0,5
Noruega	0,9 a 1,1 <sup>3</sup>
Suécia	1,5
Suíça	0,05 a 0,3 <sup>3</sup>



<sup>1</sup> Integrantes da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE)

<sup>2</sup> Patrimônio menos dívidas

<sup>3</sup> Varia conforme a faixa de patrimônio

Fonte: World Taxpayers Associations

## Países como França e Espanha taxam patrimônio

A maioria dos países padece de má distribuição de renda. Neles, poucos têm muito e muitos têm muito pouco. Daí a idéia, proposta em muitos lugares – e implementada em uns poucos –, de um imposto que recaia sobre os mais ricos e cuja arrecadação seja revertida em benefício dos mais pobres. Até bilionários do porte dos americanos Donald Trump, Bill Gates e a família Rockefeller já propuseram tributação de fortunas nos Estados Unidos, país onde ela não existe.

Os defensores de um imposto como esse, sobre o patrimônio, dizem que ele é mais eficiente para promover a distribuição de recursos do que o Imposto de Renda. Isso porque uma pessoa rica (com grande patrimônio) e uma pobre, ambas

sem renda, obviamente não pagariam Imposto de Renda. Já o imposto sobre o patrimônio recairia sobre a pessoa rica, mas não sobre a pobre. Tal tributo, portanto, gera “equidade horizontal e vertical, de forma que pessoas com os mesmos recursos paguem o mesmo e as que têm mais recursos paguem mais”, escreveu a revista britânica *The Economist*.

A França é um dos países que cobram o imposto, desde o começo da década de 80. Paga quem tem patrimônio superior a 760 mil euros. As alíquotas variam de 0,55% a 1,8%, dependendo do tamanho do

patrimônio. É permitida a exclusão de alguns tipos de bens, como aqueles resultantes de planos de pensão e de aposentadoria ou de compensações por acidentes e doenças.

A legislação tributária instituída em 2007 limitou a 50% da renda anual da pessoa o total de impostos que ela deve pagar, incluindo o tributo sobre o patrimônio.

Dentre os países que adotam o imposto, a mordida é maior na Espanha, onde a alíquota vai de 0,2% a 2,5%. E menor em Zurique, na Suíça, onde a taxa fica entre 0,05% e 0,3% (nesse país, a taxa também varia conforme a região).

**Tributo maior é pago por espanhóis: até 2,5% sobre total de bens**

## educação

# ProUni pode ser oferecido a mais 144 mil estudantes

Instituições públicas pagas poderão aderir ao programa se a Câmara enviar a sanção projeto aprovado na Comissão de Educação

Faculdades municipais em cidades de 11 estados poderão ter o direito de aderir ao Programa Universidade para Todos (ProUni). A medida consta de projeto de lei (PLS 85/07) do senador Marconi Perillo (PSDB-GO), aprovado pela Comissão de Educação (CE) na semana passada em caráter terminativo. Caso a Câmara aprove a proposta, a nova lei estenderia as bolsas de estudos integrais e parciais do programa federal aos mais de 144,8 mil alunos matriculados em 61 instituições públicas de ensino superior.

Atualmente, o ProUni está aberto à adesão de todas as instituições privadas de ensino superior e, desde sua implantação, já beneficiou mais de 385 mil bolsistas, segundo o Ministério da Educação (MEC).

– Sem o amparo do ProUni, dificulta-se, de maneira injustificada, o acesso de estudantes carentes a instituições públicas de ensino, que, assim como os estabelecimentos privados, funcionam com base na cobrança de encargos educacionais – afirma Marconi, que contou com o voto favorável do relator, senador Cí-

cerio Lucena (PSDB-PB).

Além de atenderem a alunos carentes, as faculdades municipais públicas estão em cidades de pequeno ou médio porte, oferecendo cursos criados para suprir as necessidades regionais. A maior parte dos cursos visa formar professores, sendo esta uma das metas originais do ProUni.

As instituições de ensino superior municipais pagas são poucas porque a Constituição de 1988 determinou (artigo 206) que instituições públicas devem ser gra-

## A maioria das escolas municipais forma professores

tuitas, impedidas de cobrar mensalidades. Nas Disposições Transitórias, no entanto, abre-se exceção às faculdades municipais em funcionamento antes da promulgação da Carta. Por serem

poucas, a renúncia fiscal com a inclusão dessas instituições não será grande. O custo do projeto de Marconi é menor para as instituições municipais que para as escolas privadas, já que, por serem públicas, elas têm imunidade de impostos e ficariam isentas apenas das contribuições sociais (CSLL, PIS e Cofins), enquanto o ProUni todo significou em 2006 renúncia de R\$ 264,6 milhões, segundo a Receita Federal.



Cristovam Buarque preside reunião em que foi aprovado parecer de Cícero Lucena a proposta de Marconi Perillo

## Alunos pedem mais clareza nos critérios e menos burocracia

Além de projetos de lei em discussão no Congresso, outras mudanças podem melhorar a eficiência da concessão de bolsas e evitar fraudes no ProUni. Burocracia e irregularidades no programa vêm sendo noticiadas e, em novembro do ano passado, bolsistas do ProUni de São Paulo entregaram ao ministro da Educação, Fernando Haddad, uma lista de reivindicações e sugestões

para melhorar o programa. Os alunos reclamam de falta de clareza na aplicação dos critérios e de má divulgação das informações do programa. Eles pedem, principalmente, o fim da exigência de a cada ano terem que comprovar a renda familiar (*veja ao lado*).

Haddad reconheceu que ajustes podem ser feitos no ProUni. Hoje, se durante os quatro ou cinco anos de duração de um curso superior um membro da família do aluno passar a receber um salário melhor, a ponto de a renda *per capita* da casa ficar

fora do limite de 1,5 salário mínimo para bolsa integral e de três salários mínimos para bolsa parcial (de 50% ou 25%) exigidos, o estudante fica ameaçado de perder a bolsa.

Abrir mão de etapas burocráticas, porém, não é tarefa simples, já que pode deixar brechas para que alguém se beneficie indevidamente do programa social.

No início de agosto, o jornal *Correio Brasileiro* informou que, em 2005, estudantes teriam se declarado descendentes de índios para receberem bolsas do ProUni e, mais tarde, negaram a

## Ministro reconhece necessidade de ajuste no programa

declaração. Existem cotas correspondentes ao percentual do grupo étnico do estudante na população do estado onde está a faculdade. Para ocupar uma das vagas da cota, basta que o candidato se declare índio, negro ou pardo. O presidente da Comissão de Educação e Cultura da Câmara, deputado João Matos (PMDB-SC), pediu ao Ministério da Educação a apuração da denúncia.

## Sonho de estudar quase destruído pelo excesso de exigências

O sonho de estudar em uma boa faculdade com uma bolsa de estudos se tornou realidade em julho passado para Clóvis Augusto da Silva, 20 anos. Porém, por conta da burocracia que teve que enfrentar, o estudante pensou que não conseguiria a tão sonhada bolsa. Residente no Gama, cidade do Distrito Federal, Clóvis cursou os três anos do ensino médio em uma escola pública. Bem avaliado no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), ele escolheu o curso que se aproximava de sua vocação, já que, desde adolescente, começou a se interessar pela informática, consertando e fazendo manutenção em computadores de amigos, familiares e vizinhos.

Clóvis apresentou a declaração de renda de sua família: a única renda fixa é a aposentadoria de seu pai, Augusto Nogueira da Silva, no valor de R\$ 512, que sustenta ainda o irmão mais novo de Clóvis, Eduardo.

– Na véspera do prazo final para concessão da bolsa, me pediram uma declaração de que minha mãe não mora com a gente. Ela está no Tocantins há seis anos e me pediram um comprovante de residência – afirmou o estudante, que, como última solução, apresentou uma carta de próprio punho do pai com essas informações.

Para surpresa sua, Clóvis foi selecionado e hoje está se esforçando para acompanhar o ritmo das aulas. Afinal, ele precisa ter média suficiente para aprovação em pelo menos cinco das seis disciplinas que está cursando. Caso contrário, pode perder a bolsa.



Clóvis apresentou a declaração de renda de sua família, mas isso não foi suficiente para comprovação

## Instituições de ensino superior municipais beneficiadas pelo PLS 85/07

De acordo com dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep) são 61 as instituições de ensino municipais que cobram mensalidades de seus alunos. Todas elas estão localizadas em cidades do interior e foram criadas antes de 1988.

### Espirito Santo

- Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Alegre

### Goiás

- Faculdade de Educação e Ciências Humanas de Anicuns
- Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas de Goiatuba
- Faculdades Integradas de Mineiros
- Fundação de Ensino Superior de Rio Verde

### Mato Grosso

- União de Ensino Superior de Nova Mutum

### Minas Gerais

- Faculdade de Direito de Conselheiro Lafaiete
- Faculdade de Ciências Econômicas de Conselheiro Lafaiete
- Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Conselheiro Lafaiete
- Faculdade de Engenharia Elétrica de Conselheiro Lafaiete

### Paraná

- Faculdade Vizinhança Vale do Iguaçu
- Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Mandaguari
- Faculdade da Cidade de União da Vitória

### Pernambuco

- Faculdade de Formação de Professores de Afogados da Ingazeira
- Faculdade de Formação de Professores de Araripina
- Faculdade de Ciências Agrárias de Araripina

- Centro de Ensino Superior de Arcoverde
- Faculdade de Enfermagem de Arcoverde
- Centro de Ensino Superior do Vale São Francisco
- Faculdade de Formação de Professores de Belo Jardim
- Faculdade de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas do Cabo de Santo Agostinho
- Faculdade de Ciências da Administração de Garanhuns
- Faculdade de Direito de Garanhuns
- Faculdade de Formação de Professores de Goiana
- Instituto Superior de Educação de Goiana
- Faculdade de Ciências da Administração do Limoeiro
- Faculdade de Formação de Professores da Mata Sul
- Faculdade de Ciências Sociais dos Palmares
- Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo
- Faculdade de Ciências Humanas do Sertão Central
- Faculdade de Formação de Professores de Serra Talhada

### Rio de Janeiro

- Faculdade de Educação de Itaboraí
- Faculdade Professor Miguel Ângelo da Silva Santos

### Santa Catarina

- Universidade Regional de Blumenau
- Universidade do Extremo Sul Catarinense
- Centro Universitário Municipal de São José
- Universidade do Sul de Santa Catarina

### Tocantins

- Faculdade Unir

### São Paulo

- Faculdades Adamantinenses Integradas
- Faculdades Integradas Regionais de Avaré
- Instituto Municipal de Ensino Superior de Bebedouro Victório Cardassi
- Faculdade de Ciências e Tecnologia de Birigüi
- Instituto Municipal de Ensino Superior de Catanduva
- Escola Superior de Educação Física de Cruzeiro Prefeito Hamilton Vieira Mendes
- Faculdade de Direito de Franca
- Centro Universitário de Franca
- Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ibitinga
- Faculdade de Medicina de Jundiá
- Escola Superior de Educação Física de Jundiá
- Instituto Matonense Municipal de Ensino Superior
- Faculdade Municipal Prof. Franco Montoro de Mogi Guaçu
- Faculdade de Ciências da Fundação Instituto Tecnológico de Osasco
- Escola de Engenharia de Piracicaba
- Faculdades Integradas de Santa Fé do Sul
- Centro Universitário Fundação Santo André
- Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo
- Universidade Municipal de São Caetano do Sul
- Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
- Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de São José do Rio Pardo
- Instituto Municipal de Ensino Superior de São Manuel
- Universidade de Taubaté

institucional

presidência



Garibaldi (em primeiro plano) segura exemplar do jornal em papel reciclado, junto a Efraim, João Durval e José Nery

## Edição ecológica recebe aplauso de senadores

Garibaldi Alves diz esperar que as gestões futuras dêem prosseguimento à iniciativa; Efraim exalta ação do Senado Verde

O presidente do Senado, Garibaldi Alves, participou do lançamento, na última terça-feira, da edição semanal do **Jornal do Senado** em papel reciclado. Com 76 mil assinantes, o jornal começou a circular em sua versão ecológica na edição passada, ao completar quatro anos de circulação.

Com a presença de vários senadores, Garibaldi ressaltou que a iniciativa, inserida no Programa Senado Verde, demonstra a outros veículos impressos que é possível trabalhar com papel reciclado. Ele disse esperar que as gestões futuras do Senado dêem prosseguimento ao programa.

O 1º secretário do Senado, Efraim Morais, afirmou que o diário também passará a usar papel reciclado. Ele disse que a proposta integra o Senado Verde – coordenado por sua chefe de gabinete, Mariângela Cascão, sob a orientação do diretor-geral do Senado, Agaciél Maia. O uso desse tipo de papel, lembrou Efraim, foi idéia do ex-diretor do jornal, Eduardo Leão, concretizada sob a direção de Davi Emerich.

Segundo Emerich, o uso do papel reciclado em produtos impressos é importante para incentivar o mercado, gerando trabalho e mais renda para milhares de famílias brasileiras.

A senadora Marisa Serrano, vice-presidente da Comissão de Meio Ambiente, parabenizou o secretário especial de Comunicação Social, Helival Rios, pela mudança do papel do jornal.

### Rádio Senado

A Rádio Senado apresenta ao longo desta semana a série de reportagens Senado Verde, mesmo nome do programa que agrega as iniciativas ecológicas da Casa. Preparada por George Cardim, a série vai ao ar de segunda a sexta-feira, a partir de 13h40, dentro do programa Senado Notícias.

### Modelo sustentável pode mudar cultura da administração pública

O Senado está implantando o Modelo de Gestão Sustentável (Moges) com a finalidade de realizar ações mais eficazes do ponto de vista ecológico, informou o arquiteto do Programa Senado Verde Mário Hermes Stanzionna Viggiano, em palestra proferida na última quinta-feira no 3º Fórum Governamental de Gestão Ambiental na Administração Pública.

Na abertura do fórum, o ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, disse que é importante ecológico a administração pública. Já o presidente do Tribunal Superior do Trabalho, Rider Nogueira de Britto, frisou que é preciso mudar a cultura de um Estado brasileiro esbanjador.

### Cientistas políticos debatem período de 1968 a 2008

Durante debate no seminário Brasil: 1968/2008, promovido pelo Senado como parte do Ano Cultural Artur da Távola, cientistas políticos destacaram o papel do Congresso Nacional.

– O Congresso funciona como mesa de negociação pacífica em momentos de crises políticas e institucionais – disse o cientista, consultor e assessor político Paulo Kramer.

Além de Kramer, o cientista político David Fleischer, o historiador Carlos Fico, o jornalista José Nêumanne e o ex-senador e ministro Jarbas Passarinho debateram o período da ditadura militar e a transição para a democracia.

### Garibaldi: mudar decisão sobre nepotismo seria afronta ao Judiciário e à sociedade

O presidente do Senado, Garibaldi Alves, afirmou que não há hipótese de a Casa modificar a decisão em que o Supremo Tribunal Federal (STF) proibiu o nepotismo nos três Poderes, mediante súmula vinculante.

– Se a Casa tiver de mudar essa norma, é para aperfeiçoá-la. Não tem por que afrontar o Poder Judiciário, afrontar a sociedade – disse.

O senador comentou ain-

da o fato de o Judiciário vir disciplinando matérias do interesse da sociedade, em um vácuo deixado pela demora do Legislativo em aprovar propostas sobre esses temas.

– Nós não temos toda a culpa, pois há o excesso de medidas provisórias, mas temos que reconhecer que a responsabilidade maior é nossa. Às vezes é plenamente nossa, sobretudo pela omissão – afirmou.

### Senadores deverão listar seus parentes

Os senadores deverão fornecer os nomes dos parentes até o 3º grau, incluindo cônjuges, contratados por seus gabinetes. Garibaldi Alves explicou que incorre em processo administrativo quem se negar a prestar essa informação.

### Executivo propõe reforma política

A iniciativa do Executivo de enviar ao Congresso sugestões de mudanças no sistema político agradou a Garibaldi Alves. "Vamos ter um debate de idéias interessante e profundo", previu o senador, ao receber as propostas na quarta-feira passada.

O presidente do Supremo Tribunal Federal, Gilmar Mendes, visitou o Senado na semana passada e afirmou que o Judiciário "não tem devaneios de querer substituir o Legislativo". Em encontro com Garibaldi Alves, ele defendeu a isonomia salarial entre os três Poderes.

Depois de receber o ministro da Previdência Social, José Pimentel, em seu gabinete, Garibaldi anunciou que buscará acelerar a tramitação do projeto que cria a figura do microempreendedor (PLC 128/08), aprovado no dia 14 pela Câmara.

### SISTEMA

A partir de novembro, os brasileiros poderão ter acesso ao portal LexML, desenvolvido pela Secretaria Especial de Informática do Senado (Prodasen) em parceria com órgãos da administração pública que integram a Comunidade TIControl. O mecanismo visa facilitar a pesquisa de informações legislativas e jurídicas na internet. O sistema, cujo projeto foi apresentado na última quinta-feira, encontra-se atualmente em consulta pública pelo endereço [www.governoeletronico.gov.br/consulta-publica](http://www.governoeletronico.gov.br/consulta-publica) (clique em "Consultas em andamento").

### CONTRATOS

Em reunião do DEM, o 1º secretário do Senado, Efraim Morais (PB), afirmou que seu nome não é citado em inquérito que apura supostas irregularidades em contratos da Casa. Para o líder do DEM, José Agripino (RN), as justificativas apresentadas são aceitáveis, mas a bancada deve aguardar o relatório da Corregedoria da Casa para pronunciar-se sobre as denúncias.

### PUBLICAÇÕES

Eduardo Suplicy (PT-SP) autografou, nos dias 23 e 24 de agosto, na Bienal Internacional do Livro de São Paulo, publicação com o relatório de sua viagem ao Iraque. Já Romeu Tuma (PTB-SP) anunciou que apresentará proposta para obrigar os eletroeletrônicos a terem manuais em braille ou em áudio.

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Garibaldi Alves Filho  
**1º Vice-Presidente:** Tião Viana  
**2º Vice-Presidente:** Alvaro Dias  
**1º Secretário:** Efraim Morais  
**2º Secretário:** Gerson Camata  
**3º Secretário:** César Borges  
**4º Secretário:** Magno Malta

**Suplentes de Secretário:** Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

**Diretor-Geral do Senado:** Agaciél da Silva Maia  
**Secretária-Geral da Mesa:** Claudia Lyra

### SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretor:** Helival Rios  
**Direção de Jornalismo:** Maria da Conceição Lima Alves

### AGÊNCIA SENADO

**Diretora:** Valéria Ribeiro  
**Chefia de reportagem:** Denise Costa e Moisés Oliveira  
**Edição:** Maria Lúcia Sigmaringa e Rita Nardelli

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

## JORNAL DO SENADO

EDIÇÃO SEMANAL

Órgão de divulgação do Senado Federal

**Diretor:** Davi Emerich  
**Editor-chefe:** Flávio Faria  
**Edição:** Djalba Lima, Eduardo Leão, Edson de Almeida, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Suelly Bastos, Thâmara Brasil e Valter Gonçalves Júnior  
**Reportagem:** Cíntia Sasse, Janaína Araújo, João Carlos Teixeira, Mikhail Lopes, Paula Pimenta, Sylvio Guedes.  
**Diagramação:** Bruno Bazílio, Henrique Eduardo L. de Araújo, Iracema F. da Silva, Osmar Miranda e Sergio Luiz Gomes da Silva  
**Revisão:** Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéias D. de Moraes  
**Tratamento de imagem:** Edmilson Figueiredo, Humberto Souza Lima e Roberto Suguino  
**Arte:** Cirilo Quartim e Oscar  
**Arquivo fotográfico:** Elida Costa  
**Circulação e atendimento ao leitor:** Shirley Velloso Alves

Site: [www.senado.gov.br/jornal](http://www.senado.gov.br/jornal) - E-mail: [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)  
 Tel.: 61 3311-3333 e 0800 61 2211 - Fax: 61 3311-3137  
 Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília/DF - CEP 70165-920

# programação



APU GOMES/FOLHA IMAGEM

Sonoridades diferentes e novas perspectivas da música antiga levaram o grupo a vencer competição internacional

## Conversa de Música traz Ensemble Lipzodes

O grupo dos Estados Unidos, formado em 2004, apresenta instrumentos raros e repertório de músicas da Guatemala católica do século 16

**O** *Conversa de Música* que a TV Senado leva ao ar neste sábado, às 14h30, e domingo, às 19h45, traz a atração internacional Ensemble Lipzodes, dos Estados Unidos. O grupo apresenta instrumentos raros e um repertório com músicas da Guatemala católica do século 16, combinando a voz do barítono Antonio Santos com os instrumentos de Anna Marsh, Juan Carlos Arango, Kelsey Schilling e Lot Demeyer, que

exploram sonoridades surpreendentes e novas perspectivas da música antiga.

O Ensemble Lipzodes foi formado em 2004 por cinco membros do Early Music Institute da Escola de Música da Universidade de Indiana. Seu repertório, com grande variedade musical, foi montado com base em extensa pesquisa que levou o grupo aos manuscritos originais dos povos nativos que utilizavam essa música predo-

minantemente em seus cultos religiosos.

Além desse repertório inédito, o grupo também explora novos rumos da música antiga utilizando a voz e instrumentos de sopro. O conjunto foi selecionado recentemente como finalista na "Early Music America Medieval and Renaissance Music Competition" e o vencedor do "Ninth Competition in Performance of Music from Spain and Latin America", em 2006.

## Documentário conta histórias de ACM

Com 16 entrevistados e pelo menos 30 horas de gravação, o documentário *ACM - Histórias de um mito* não é somente uma biografia política do patriarca baiano. Pelo olhar de amigos, familiares, colaboradores e adversários, são revelados ângulos da personalidade controversa e histórias de caráter intimista. ACM é descrito como homem, político e administrador. A TV Senado buscou depoimentos na Bahia e em Brasília para compor um mosaico humano e histórico.

São 40 minutos de duração que reconstruem parte da história política brasileira no século 20 e situam ACM, coadjuvante ou protagonista, na esfera do poder. Seguindo uma linha cronológica, o documentário expõe paralelamente fatos da vida pessoal e eventos da carreira política. Produzido pelo Núcleo de Documentários da TV Senado, ACM foi dirigido pelo jornalista André Luiz Rego. O programa vai ar neste sábado, 15h30 e 21h30, e domingo, às 11h30 e 22h.

## Idosos no Brasil: situação e perspectivas

O Senado realiza nesta terça-feira sessão especial para comemorar a Semana do Idoso. A iniciativa é do senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO), presidente da Subcomissão do Idoso.

Quais os principais problemas da terceira idade no Brasil? Que avanços trouxe o Estatuto do Idoso? Qual o papel do Congresso?

A entrevista que o *Conexão Senado* realiza nesta segunda-feira, ao meio-dia, vai debater essas e outras questões relativas às pessoas com mais de 65 anos. O programa vai ouvir a opinião de parlamentares e especialistas.

## Retrospectiva das 50 edições do EcoSenado

A série de programas *EcoSenado* chega em sua edição nº 50 e apresenta uma retrospectiva, desde o programa-piloto, tratando da permacultura, gravado em 2005, até o último programa deste ano, sobre energia eólica no Ceará. A preservação dos biomas brasileiros e as conferências internacionais voltadas para o meio ambiente estiveram entre os temas abordados que a TV Senado retoma neste sábado às 7h15, 13h15 e 20h30 e domingo, às 11h45.

### PENSÃO

O advogado Alexandre Labônia explica na Rádio Senado, no *Fique por Dentro da Lei* desta terça-feira, às 8h30, as conseqüências da decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ) de aprovar súmula que garante ao filho com mais de 18 anos o direito ao contraditório nos casos em que ele perderia o direito à pensão, em decorrência da idade.

### SAÚDE

Na Semana do Idoso no Senado, o *Pergunte ao Doutor* conversa com geriatras sobre problemas de saúde comuns na terceira idade, como o mal de Parkinson, o Alzheimer, a menopausa e a andropausa. O programa que a Rádio Senado transmite quarta-feira, às 8h30, também vai tratar da necessidade de adaptação de ambientes para facilitar o deslocamento dos idosos.



### SÁBADO

1h - Cidadania Debate  
2h - Leituras  
2h30 - Diplomacia  
3h30 - Cidadania Entrevista  
4h - Alô Senado  
4h15 - Ecosenado  
4h30 - De coração  
5h - Conversa de Música  
6h - Cidadania Debate  
7h - Alô Senado (reprise)  
7h15 - Ecosenado (reprise)  
7h30 - Cidadania Entrevista  
8h - De coração (reprise)  
8h30 - TV Brasil Internacional  
Hecho a Mano  
9h30 - Leituras  
10h - Quem Tem Medo da Música Clássica?  
11h - Parlamento Brasil  
11h30 - Diplomacia

12h30 - Cidadania Entrevista  
13h - Alô Senado  
13h15 - Ecosenado (reprise)  
13h30 - Cidadania Debate  
14h30 - Conversa de Música  
15h30 - Mesa Brasileira  
16h30 - Especial - Cartas ao País dos sonhos  
17h40 - Cidadania Entrevista  
18h - Quem Tem Medo da Música Clássica? (reprise)  
19h - Cidadania Debate  
19h45 - Alô Senado  
20h - Leituras  
20h30 - Ecosenado (reprise)  
21h - Parlamento Brasil  
21h30 - Especial (reprise)  
22h40 - Diplomacia  
23h30 - De coração (reprise)  
24h - Espaço Cultural

### DOMINGO

1h - Cidadania Debate  
2h - Alô Senado  
2h15 - Ecosenado (reprise)  
2h30 - Diplomacia -  
3h30 - Cidadania Entrevista -  
4h - Leituras  
4h30 - De coração (reprise)  
5h - Conversa de Música  
6h - Cidadania Debate  
7h - TV Brasil Internacional (reprise)  
7h30 - Cidadania Entrevista  
8h - Leituras  
8h30 - De coração (reprise)  
9h - Diplomacia  
10h - Quem Tem Medo da Música Clássica? (reprise)  
11h - Alô Senado  
11h15 - Ecosenado (reprise)  
11h30 - Especial

12h30 - Cidadania Entrevista  
13h - Parlamento Brasil  
13h30 - Cidadania Debate  
14h30 - Espaço Cultural (reprise)  
16h - Mesa Brasileira (reprise)  
17h - Diplomacia  
18h - Quem Tem Medo da Música Clássica? (reprise)  
19h - Cidadania Debate  
19h45 - Conversa de Música  
20h30 - Leituras  
21h - Mesa Brasileira (reprise)  
22h - Especial (reprise)  
23h10 - Parlamento Brasil  
23h40 - De coração (reprise)  
24h10 - Quem Tem Medo da Música Clássica? (reprise)

### SÁBADO

6h - Matinas  
7h - Música e informação  
9h - Prosa e Verso  
9h30 - Música e informação  
10h - Reportagem Especial  
10h30 - Música e informação  
12h - Senado Resumo  
12h30 - Música e informação  
14h - Cine Musical  
14h15 - Música e informação  
15h - Autores e Livros  
15h20 - Música e informação  
18h - Improviso Jazz  
19h - Música e informação  
20h - Escala Brasileira  
21h - Música e informação

22h - Cine Musical  
22h15 - Música e informação  
**DOMINGO**  
6h - Matinas  
7h - Música e informação  
8h - Brasil Regional  
9h - Autores e Livros (reprise)  
9h20 - Música e informação  
10h - Cine Musical  
10h15 - Música e informação  
16h - Prosa e Verso (reprise)  
16h30 - Música e Informação  
17h - Reportagem Especial  
17h30 - Música e informação  
20h - Jazz & Tal  
21h - Música e informação

De segunda a sexta-feira, a programação da Rádio Senado e da TV Senado dedica-se prioritariamente à transmissão ao vivo das sessões realizadas no Plenário e nas comissões. Não havendo sessão, as emissoras transmitem reuniões de comissões que não puderam ser transmitidas

ao vivo, programas jornalísticos sobre as atividades dos senadores, reportagens especiais sobre temas em discussão na Casa e reprises de sessões. No caso da Rádio Senado, a programação inclui também seleções musicais.

### Como sintonizar

TV A CABO: NET, TVA e Video Cabo  
TV POR ASSINATURA: Sky (canal 118), Directv (217) e Tecsats (17)  
UHF: João Pessoa (canal 40), Fortaleza (43), Brasília (canais 36 e 51), Salvador (53), Recife

(55) e Manaus (57).  
ANTENA PARABÓLICA  
Sistema analógico: Satélite - B1  
Transponder - 11 A2 Polarização: Horizontal  
Frequência - 4.130 MHz  
Sistema digital: Satélite - B1

Transponder - 1 Banda Estendida, Polarização: Vertical  
Frequência - 3.644,4 MHz  
Frequência (Banda - L) - 1.505,75 MHz  
Antena - 3,6 m  
PID - Vídeo: 1110 / Áudio: 1211 / PCR: 1110  
Receptor de Vídeo/Áudio

Digital NTSC MPEG-2 DVB  
Symbol Rate - 3,2143Ms/s  
FEC - 3/4

### Como sintonizar

FM  
Frequência de 91,7MHz, em Brasília e regiões vizinhas  
ONDAS CURTAS  
Frequência de 5990 KHz, na faixa de 49 metros no Norte, Nordeste, Centro-Oeste e norte de MG  
INTERNET

No endereço [www.senado.gov.br/radio](http://www.senado.gov.br/radio), por meio do Real Player ou Windows Media Player  
ANTENA PARABÓLICA  
Aponte a antena para o satélite Brasilsat B1 e ajuste o receptor na frequência 4.130 MHz; polarização: horizontal; e transponder - 11 A2

## voz do leitor

## Educação

"Sugiro aos senhores parlamentares uma emenda à Constituição que institua como dever dos estados e municípios o cumprimento da lei do piso salarial dos educadores. Diante de tantas pressões dos estados e municípios para o não cumprimento da lei, sugiro ainda que os parlamentares que são favoráveis à melhoria da educação lutem pela federalização da educação já! Só assim os professores serão valorizados."

**Juracy Barbalho,**  
de São João dos Patos (MA)

## Lei Seca

"Vivemos em um país em que, infelizmente, muitas pessoas teimam em dar um jeitinho para burlar ou ignorar as leis. Assim é com o cinto de segurança, com o celular no volante e com a sonegação de impostos, etc. Sou plenamente a favor da Lei Seca. Se queremos chegar ao nível dos países do Primeiro Mundo, temos que começar pela obediência às leis. Isso é o mínimo de cidadania!"

**Lourival Custódio,**  
de Blumenau (SC)

## Arrastão legal

"O governo federal deveria fazer um arrastão legal para identificar os verdadeiros proprietários de terras da Amazônia e de outras regiões. É dever das autoridades aumentar o cerco investigativo contra o desmatamento, com a força total do Exército brasileiro, distribuída em toda a região. Só assim poderemos salvar a nossa Amazônia, que é 'o pulmão do mundo', além de nossa riqueza explorada pelos estrangeiros."

**Antonio D'Agrella,**  
de São Paulo (SP)

## Discriminação aos homossexuais

"Acredito que o Senado deve levar adiante a aprovação do PLC 122/06 [que torna crime a discriminação contra

homossexuais]. As pessoas não podem ser julgadas ou discriminadas pelo que pensam ou são. Em tempos de união estável entre pessoas do mesmo sexo, e em que é até permitido a adoção de filhos, é inadmissível esse tipo de discriminação. Como costumo dizer: é cada qual com seu cada qual. Em nossa conjuntura não cabe mais esse tipo de ideologia de marginalização. A cada dia damos mais um passo a caminho do total respeito à individualidade. A não aprovação deste projeto seria um retrocesso da liberdade coletiva da nossa sociedade e quem anda para trás é caranguejo.

**Higino Brito Vieira,**  
de João Pessoa (PB)

## Contra o PLC 122/06

"Espero que o Senado não aprove o PLC 122/06. É um completo absurdo a tentativa de abafar, cercear e censurar as igrejas que se manifestam contra o homossexualismo. Torço para que seja banida da legislação qualquer tentativa de tal prática. A Bíblia diz claramente que Deus abomina o homossexualismo, sendo assim, como proibir de dizer a Verdade? Já existe a união estável entre pessoas do mesmo sexo, adoção de filhos... é querer demais que a Palavra de Deus, muito mais antiga que o Brasil, seja ignorada dessa forma por uma casta. A não aprovação do projeto seria um enorme acerto de um país vanguardista."

**Renato Medeiros Heringer Lisboa,**  
de Juiz de Fora (MG)

## Protegendo os mananciais

"Sugiro aos senadores a apresentação de um projeto de lei que vise a extração de água somente para o cultivo de plantações de alimentos. Para irrigar a pastagem de gado e a plantação de cana-de-açúcar, deve-se utilizar água que seja imprópria para o consumo."

**Unício Pereira da Silva,**  
de Itapaci (GO)

Sugestões, comentários e críticas podem ser enviados por carta (Praça dos Três Poderes, edifício Anexo I, Senado Federal, 20º andar, CEP 70165-920, Brasília-DF), e-mail (jornal@senado.gov.br) ou telefone (0800 61-2211).

## frases



Senador Garibaldi, está na hora de vossa excelência parar de falar no jornal e reagir como presidente desta Casa, defender a honra, a dignidade e a existência desta Casa. Se vossa excelência continuar a falar pelos jornais e não fizer nada de concreto, estará sendo coveiro deste moribundo Senado

**Tasso Jereissati,** ao cobrar de Garibaldi a devolução de MPs sem urgência.

Ninguém falou mais do que eu a respeito do que significam as medidas provisórias. Agora, acho que é hora de agir, mas vou agir à minha maneira. Não vou, de maneira nenhuma, ferir a Constituição, que não me permite devolver pura e simplesmente as medidas provisórias

**Garibaldi Alves,** reagindo às pressões contra a votação de MPs.



GERALDO MAGELA

É impressionante como deixamos esse vácuo legislativo, esse buraco na legislação, ficando de fora de uma decisão que deveria ser do Senado

**Gerson Camata,** ao comentar a ação em exame no STF sobre a demarcação da reserva indígena Raposa Serra do Sol (RR).

Não é responsabilidade do presidente da Casa a devolução de MPs. Nós estamos nos eximindo, nos ausentando da decisão com relação à regulamentação das MPs por falta de acordo entre os líderes na Câmara dos Deputados, e, na busca do ideal, deixamos de votar o possível

**Renato Casagrande,** em apoio ao presidente do Senado.

Espero que o STF decida que a União não poderá mais chegar em um estado, pegar um pedaço de área e definir: essa área aqui vai ser terra indígena

**Augusto Botelho,** descontente com o voto do ministro do STF Carlos Ayres Britto, favorável à posição dos índios, que não querem uma reserva fragmentada.

A Súmula 13 [do STF sobre nepotismo] já foi publicada e vai colocar fim em uma prática que sempre foi considerada imoral, mas cometida impunemente por governantes e autoridades no país

**Serys Slhessarenko,** comemorando a súmula vinculante do STF que proíbe o nepotismo nos três Poderes.

Os 12 mil europeus que aqui chegaram viraram 190 milhões. Os 5 milhões de índios transformaram-se em 500 mil. E ainda tem gente que advoga haver muita terra para poucos índios

**Marina Silva,** em defesa da demarcação de uma área contínua para a Raposa Serra do Sol.

É preciso assegurar que a maioria do povo brasileiro se aproprie do resultado dessa exploração [petróleo e gás], sob pena de se perder uma oportunidade histórica para melhorar as condições de vida no país

**Ideli Salvatti,** sobre a destinação dos recursos do petróleo e o gás extraídos da camada pré-sal.

## pergunte ao senador

## Medidas provisórias impedem análise de projetos

"Por que há tanta demora no trâmite dos projetos de lei, que continuam trancados pelas medidas provisórias?"

**Carlos Henrique da Silva,** do Rio de Janeiro (RJ)

O senador **Alvaro Dias (PSDB-PR)** responde:

Na verdade, tem sido impossível aprovar todas as medidas provisórias que o governo encaminha e, ao mesmo tempo, ter tempo para discutir os projetos de lei.

Na minha opinião, só temos uma alternativa: o Senado começar a devolver ao Executivo as MPs sobre

questões pouco relevantes e que, por isso mesmo, são inconstitucionais.

Como o presidente do Senado, Garibaldi Alves, não aceita esta decisão que seria mais ousada, nós vamos continuar com a pauta de trabalho totalmente comprometida pela enxurrada de medidas provisórias.

A proposta que o presidente do Senado apresentou, de não

colocar em debate e na pauta de votação medidas provisórias nos próximos 45 dias, é inócua.

O importante, de uma vez por todas, é o Senado assumir uma postura firme no sentido de inverter a situação, passando a dar prioridade aos projetos, muitos deles de fundamental importância para o país, que estão parados no Congresso Nacional.



GERALDO MAGELA

# Constituição garante direitos dos índios

As garantias relativas à organização social, costumes, línguas, crenças e tradições dos povos indígenas foram definidas em constituições anteriores e ampliadas pela Constituição de 1988. Veja nesta edição quais os direitos assegurados a essa parcela da população, que a Fundação Nacional do Índio (Funai) estima entre 560 e 650 mil pessoas, 460 mil delas vivendo em aldeias, e de 100 a 190 mil cidadãos residentes fora das terras indígenas e em áreas urbanas.

Caiapós em Peixoto de Azevedo (MT) comemoram o Dia do Índio: população indígena pode chegar a 650 mil pessoas



EDNILSON AGUIAR/SECOM-MT

## Regras diferenciadas também no dia-a-dia

Os direitos dos índios ainda suscitam muitas dúvidas. Carlos Frederico Marés, jurista e ex-presidente da Funai, esclarece algumas questões práticas do dia-a-dia no site do ISA.

### Carteira de identidade

Os índios podem e devem ter carteira de identidade e têm direito também a um registro na comunidade onde nasceram.

### Eleição

Uma vez inscrito no registro eleitoral, o voto passa a ser obrigatório se o índio for maior de idade e alfabetizado em língua portuguesa. Mas, se ele vive na aldeia e ali é decidido não votar, esta decisão pode prevalecer sobre a obrigatoriedade do voto porque os povos indígenas têm o direito constitucional de viver segundo seus usos, tradições e costumes. Para ser candidato, basta que o índio cumpra os requisitos do cargo.

### Comércio

Os índios podem vender os produtos de sua terra para ter lucro, mas até determinado limite, pois não têm o direito de vender os bens da comunidade com objetivo de lucro. Eles podem ter dinheiro e bens individuais, sobre os quais têm total liberdade. Os impostos incidem sobre produtos vendidos fora das comunidades indígenas.

### Benefícios previdenciários

Os indígenas são considerados segurados especiais da Previdência Social. É preciso comprovar filiação à Funai e apresentar, para dar entrada na aposentadoria, a declaração da Funai, CPF, carteira de identidade e registro administrativo de indígena. As mulheres também têm direito ao salário-maternidade, a partir dos 16 anos.

## Direito à posse da terra é anterior à criação do Estado

O Código Civil de 1916 definiu que os silvícolas, ou seja, os índios, são relativamente incapazes para certos atos da vida civil, assim como os maiores de 16 anos e menores de 21 e os pródigos (pessoas que dilapidam o próprio patrimônio). Como a perspectiva da época era de que os índios iriam adquirir a cultura dos brancos e se integrariam totalmente ao restante da sociedade – deixando, portanto, de ser índios –, o texto da lei também previa que os silvícolas “ficarão sujeitos ao regime tutelar, estabelecido em leis e regulamentos especiais, o qual cessará à medida que se forem adaptando à civilização do país”. Sob o mesmo princípio, o Estatuto do Índio (Lei 6.001, de 1973) estabeleceu que os índios deveriam ser tutelados por um órgão indigenista estatal até que eles estivessem integrados.

O código e o estatuto, ultrapassados depois da Constituição de 1988, ainda não foram reformulados. A nova Carta

garante direitos permanentes aos índios e determina que a União proteja esses direitos, mas não se refere a tutela, órgão indigenista ou a incapacidade dos índios, analisa o Instituto Socioambiental (ISA). A entidade ressalta que eles podem até mesmo entrar em juízo contra o próprio Estado.

No entanto, hoje a maior controvérsia sobre direitos indígenas refere-se à demarcação de terras. A Constituição define a posse da terra como direito originário, ou seja, anterior à criação do Estado e existente independentemente de reconhecimento. Segundo o ISA, a demarcação de uma terra indígena é ato meramente declaratório, para precisar a real extensão da posse e assegurar a plena eficácia do dispositivo constitucional. Veja o que o texto constitucional estabelece em relação às terras indígenas.

- incluem-se entre os bens da União;
- são destinadas à posse permanente

por parte dos índios;

- as terras indígenas não podem ser vendidas ou cedidas os direitos sobre elas;
- apenas os índios podem usufruir das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes;
- o aproveitamento dos seus recursos hídricos, aí incluídos os potenciais energéticos, a pesquisa e a mineração só podem ser feitos com autorização do Congresso, ouvidas as comunidades afetadas, ficando-lhes assegurada a participação nos lucros;
- é necessária lei ordinária que fixe as condições específicas para a exploração mineral e de recursos hídricos nas terras indígenas;
- todos os atos jurídicos que afetem a posse indígena, salvo relevante interesse público da União, são nulos e extintos; e
- é vedado remover os índios de suas terras.

## Cabe ao Ministério Público representar e defender os indígenas

Outra novidade da Constituição de 88 foi atribuir ao Ministério Público Federal (MPF) a tarefa de defender judicialmente os direitos e interesses dos povos indígenas. A Lei Complementar 75, para regulamentar a Carta, criou as câmaras de coordenação e revisão, entre elas a 6ª Câmara de Coordenação e Revisão dos Direitos das Comunidades Indígenas e Minorias, que conta

com procuradores que atuam como representantes regionais, nos estados e nos municípios, além de assessores técnicos na área administrativa, antropológica, jurídica e documental. Na avaliação do advogado Sérgio Leitão, a 6ª Câmara precisa ter conhecimento sobre as ações que tramitam em todas as instâncias do Poder Judiciário, inclusive nos estados, para que a ação do órgão se faça de

maneira ordenada e uníssona. Veja outros dispositivos da Constituição relativos aos índios:

- legislar sobre populações indígenas é assunto de competência exclusiva da União;
- processar e julgar a disputa sobre direitos indígenas é competência dos juízes federais;
- o Estado deve proteger as manifestações das culturas indígenas.

## Saiba mais

### Projetos de lei

PLS 216/08, do senador Lobão Filho (PMDB-MA) – Propõe que, no caso de condenação de índio por infração penal, o juiz deverá considerar o grau de integração dele na aplicação da pena.

PLS 177/04, do senador Romero Jucá (PMDB-RR) – Autoriza a União a emitir

títulos da dívida fundiária indígena, a serem usados para desapropriação de terras contíguas a áreas indígenas imemorais e benfeitorias nelas existentes, para solucionar ou evitar conflitos entre índios e demais grupos étnicos locais.

PL 2.057/91 – Em tramitação na

Câmara dos Deputados, cria o Estatuto das Sociedades Indígenas em substituição ao Estatuto do Índio. A proposta foi analisada em comissão especial, em 1993, e não voltou a ser examinada.

### Endereços

Fundação Nacional do Índio (Funai)

SEPS Q. 702/902, Projecção A, Ed. Lex Brasília (DF) – CEP 70390-025 (61) 3313-3500

[www.funai.gov.br](http://www.funai.gov.br)

Instituto Socioambiental (ISA)  
Avenida Higienópolis, 901  
São Paulo (SP) – CEP 01238-001 (11) 3515-8900

[www.isa.org.br](http://www.isa.org.br)

6ª Câmara de Coordenação e Revisão  
Procuradoria Geral da República  
SAF Sul, Qd. 4, Conj. C, Bl. B, Sala 306  
Brasília (DF) – CEP 70050-900 (61) 3105-6056  
<http://ccr6.pgr.mpf.gov.br/>  
[6camara@pgr.mpf.gov.br](mailto:6camara@pgr.mpf.gov.br)